



Rio Grande do Sul: testemunhos e historiografia

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

66



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Rio Grande do Sul: testemunhos e historiografia



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Rio Grande do Sul: testemunhos e historiografia



CIPSH
INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES
CONSEIL INTERNATIONAL DE LA PHILOSOPHIE ET DES SCIENCES HUMAINES

UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2023

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Rio Grande do Sul: testemunhos e historiografia
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 66
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Novembro de 2023

ISBN – 978-65-89557-78-4

CAPA: Um vento pampeiro na costa sul-rio-grandense na concepção artística de Jean-Baptiste Debret.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

Apresentação

A formação histórica rio-grandense-do-sul tem sido estudada a partir dos mais diversos prismas narrativos/interpretativos e com base em múltiplas fontes, de modo a desvelar os tempos pretéritos da mais meridional unidade político-administrativa brasileira. Entre tais fontes estão os testemunhos elaborados a partir da óptica dos visitantes estrangeiros, os quais se tornaram fundamentais para as investigações acerca da conjuntura gaúcha, uma vez que trazem detalhes do cotidiano e descrições pormenorizadas, muitas vezes não encontradas em outras documentações. A partir de tal relevância este livro apresenta uma abordagem acerca da perspectiva dos cronistas estrangeiros sobre o Porto do Rio Grande, ponto de acesso fundamental para a importação/exportação e intercâmbios socioculturais no contexto sul-rio-grandense. Por outro lado, a História do Rio Grande do Sul foi reconstruída, metabolizada e pasteurizada, com o surgimento de versões diferenciadas e por vezes discordantes entre si, estabelecidas por meio das vertentes historiográficas que se fizeram manifestar ao longo do tempo. Com base nessa constatação, o livro apresenta também duas análises de cunho historiográfico a respeito de determinados momentos do devir histórico rio-grandense. Assim aqui são retomados três estudos de caso reunidos em uma única publicação acerca de testemunhos de estrangeiros e historiografia no âmbito do extremo-sul do Brasil.

SUMÁRIO

O olhar estrangeiro sobre o Porto do Rio Grande / 13

Alfredo Ferreira Rodrigues e uma *Notícia histórica e descritiva do Rio Grande do Sul* / 61

O enaltecimento da Farroupilha versus o esquecimento da Federalista: um estudo de caso historiográfico / 79

O olhar estrangeiro sobre o Porto do Rio Grande

Os relatos de cronistas estrangeiros constituem uma das fontes mais fundamentais para o estudo histórico da estruturação da sociedade brasileira desde os primórdios do processo colonial. Nesse sentido, os testemunhos sobre o Brasil elaborados por visitantes de outros países em formatos variados – diários de viagem, relatórios, correspondência, reportagens, estudos científicos, registros iconográficos, entre outros, viriam a constituir importante repositório de informações/opiniões sobre a sociedade de diversas épocas da vida brasileira. De nacionalidades variadas, com ampla predominância dos europeus, com formações profissionais diversas e intenções distintas para suas visitas e com tempos variáveis de permanência no país, desde rápidas passagens, ou ainda algum período de permanência, até praticamente adotar os trópicos como um novo lugar de morada, esses viajantes/residentes de origem externa apresentariam aspectos conjunturais/estruturais, ou mesmo detalhes circunstanciais e vivências do cotidiano dos habitantes do Brasil.

Muitas vezes tais testemunhos expressaram uma perspectiva calcada nos moldes do “progresso” e da “civilização” ocidental, trazendo em seu âmago uma visão eurocêntrica, como não poderia deixar de ser, por serem na maior parte europeus, embora também

surgissem norte-americanos. Assim, tendo vindo de terras onde os avanços civilizatórios se faziam sentir, vários deles observaram alguns atrasos e anacronismos no Brasil, bem como deram amplo destaque às diversidades brasileiras, considerando-as muitas vezes como excentricidades, exotismos e extravagâncias, vistas num misto de admiração, surpresa e preconceito. Esse olhar geralmente impregnado de uma suposta superioridade dos países mais desenvolvidos, entretanto, não diminui a relevância desses depoimentos como fontes históricas, uma vez que possíveis interpretações mais esdrúxulas ou preconceituosas podem ser filtradas e depuradas, ou mesmo vir a constituir alvo da própria análise histórica, bastando ao pesquisador um conhecimento aprofundado do seu objeto de estudo.

Entre os elementos fundamentais que servem para valorizar as crônicas elaboradas por estrangeiros sobre o Brasil, podem ser destacados: o caráter de “testemunho ocular” dos fatos, ou seja, as vivências do autor em relação ao meio visitado; a narração do cotidiano, normalmente sem maiores preocupações ou compromissos formais; a alternativa que representam em relação à documentação oficial/governamental; a descrição detalhada dos modos de agir e pensar do povo visitado, e o aporte de informações sobre períodos ou detalhes por vezes obscuros da formação brasileira. As descrições variavam do mais simples pragmatismo, passando pela narrativa informal, até o estudo mais técnico e “científico” segundo os padrões de então. Seus textos e desenhos foram impressos e fartamente divulgados, em livros ou em revistas e jornais. Através de detalhes testemunhos a imagem do Brasil era reconstruída

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

e difundida pelo mundo a partir dos meios de comunicação da época.

As terras mais meridionais do Brasil não ficariam de fora detal processo histórico. O Rio Grande do Sul, desde a sua tardia inserção nos quadros do modelo colonial lusitano e perpassando os séculos seguintes, constituiu também um cenário descrito pelos visitantes estrangeiros. As disparidades da formação histórica sulina em relação ao restante do país, as relações fronteiriças com a região platina, as constantes guerras em que esteve envolvida tal porção meridional, bem como os hábitos e costumes de sua gente, entre tantos outros fatores, foram objetos de tais narrativas. O olhar estrangeiro perscrutou muitas das estruturas, entranhas e minudências rio-grandenses-do-sul, não deixando de lado também detalhes comezinhos e corriqueiros, mas nem por isso desimportantes. Esses narradores atravessaram as terras gaúchas em todas as direções, desde as grandes cidades até os mais recônditos povoados, trazendo à tona as cotidianidades e experiências de vida em sociedade do povo sulino, constituindo um manancial praticamente inesgotável sobre o Rio Grande do Sul do passado¹.

¹ Acerca da importância das narrações dos cronistas estrangeiros para o estudo da história gaúcha, a obra mais relevante é: BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, v. 1, 1973 e v. 2, 1976. Ver também: NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre (1754-1890)*. Santa Maria: Anatterra, 2004; ALVES, Francisco das Neves. *Imagens da Província: o Rio Grande do Sul sob o prisma europeu no século XIX*. Rio Grande: FURG, 2009.

Um dos temas debatidos à extenuação durante a formação histórica sul-rio-grandense foi a questão do acesso marítimo à capitania, depois província e, mais tarde, estado. Um litoral extenso e perigoso, com um único porto marítimo na localidade do Rio Grande, foi um fenômeno que trouxe consigo esforços, mobilizações, manifestações, projetos, relatórios, propostas variadíssimas e inumeráveis matérias jornalísticas, todas buscando uma solução para o problema daquela que foi alcunhada de “barra diabólica”, tendo em vista os dissabores dos navegantes ao tentar transpô-la. Muitos e muitos foram os diagnósticos para torná-la segura, desde os mais mirabolantes e fantasiosos até os mais científicos e calcados em estudos aprofundados, mas o problema transpôs as centúrias e só viria a ser resolvido nas primeiras décadas do século XX. Ainda que enfrentando tais intempéries, a cidade do Rio Grande conseguiria evoluir e transformar-se no grande entreposto comercial rio-grandense-do-sul, mas continuaria a ter no acesso marítimo o gargalo que atravancava um progresso ainda maior, chegando a eleger tal aspecto como a “questão magna” a ser enfrentada e vencida pela sociedade rio-grandina e gaúcha. Ao olhar estrangeiro essas vivências não passariam despercebidas e as narrativas descreveram minuciosamente a longa batalha empreendida ao longo dos oitocentos para vencer a “barradiabólica”².

² Um dos estudos precursores acerca da visão dos cronistas estrangeiros acerca da questão do acesso marítimo gaúcho foi: NEVES, Hugo Alberto Pereira. Estudo do porto e da barra do Rio Grande. In: ALVES, F. N; TORRES, L. H. (orgs.). *A cidade*

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

Bem nos primórdios do século XIX, o navegador William Grant observava sobre a costa rio-grandense que, aí se achando um navio, estaria num local onde nenhum outro vento seria mais perigoso para o mar do que aqueles que ali reinavam, de modo que, para com segurança alcançar a terra, se deveria velejar fazendo sondagens, embora tal intento não fosse conseguido com facilidade, podendo-se também reconhecer terra por diversos grupos de árvores que ali apareciam, além de casas que viriam a ser avistadas³. Era uma continuidade das descrições e narrativas que já se desenvolviam desde a centúria anterior, com o início da ocupação portuguesa em terras gaúchas.

Ao adentrar os oitocentos, o Rio Grande do Sul e particularmente a vila do Rio Grande passavam por uma verdadeira reconstrução após as incessantes guerras luso-hispânicas pela conquista do território extremo-sul da América meridional. Pouco a pouco, a comunidade litorânea viria a sentir os benefícios das práticas

do Rio Grande: estudos históricos. Rio Grande: FURG/SMEC, 1995. p. 91-106. Também abordaram o tema: ALVES, Francisco das Neves. *Porto e barra do Rio Grande: uma secular aspiração que se tornou realidade* (uma introdução ao tema). Porto Alegre: CORAG, 2007. p. 19-60; VIANNA, Lauro de Brito. *A cidade, o porto e a barra de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 2007. p. 51-55.

³ Instruções náuticas para o porto do Rio Grande do Sul por diversos navegantes (1802- 1855). In: MINISTÉRIO da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Melhoramento da barra do Rio Grande do Sul – Relatório apresentado ao Governo Imperial – Comissão de Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul – Apêndices*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. p. 3-4; BARRETO, 1973, v. 1, p. 602-603.

mercantis, até tornar-se um dos mais importantes centros comerciais sul-rio-grandenses, ainda que o acesso marítimo criasse entraves pesadíssimos.

Um dos primeiros relatos que atentou para o papel que as atividades mercantis passavam a exercer no contexto da comuna rio-grandina foi realizado pelo comerciante britânico John Luccock⁴, que esteve em terras gaúchas em 1809. As dificuldades para a navegação não lhe passaram despercebidas. Relatou que, muito antes de avistar qualquer sinal que servisse para orientar a rota, sua embarcação estava em água rasa e cercada de bancos de areia, de modo que o capitão, tendo-se postado no tope do mastro, avistou esses baixios e os canais dentre eles, com mais nitidez do que se estivesse sobre o tombadilho, dando instruções sobre

⁴ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 114-115 e 122. O inglês John Luccock (1770-1826) era comerciante e deslocou-se para a América em busca da ampliação de mercados para os negócios de sua firma que se encontrava em dificuldades advindas das conflagrações bélicas na Europa. A vinda do britânico se dava exatamente no contexto do período joanino, da Abertura dos Portos às Nações Amigas e das possibilidades comerciais da Inglaterra no Brasil, prejudicada que estava pelo Bloqueio Continental determinado por Napoleão Bonaparte. Luccock buscou implementar suas ações mercantis no Brasil e em Buenos Aires, não logrando maior sucesso em sua empreitada. Permaneceu o comerciante inglês dois meses no Rio Grande do Sul, no ano de 1809, o que bastou para que dedicasse em seu relato de viagens um significativo espaço à descrição minuciosa sobre a gente e a terra desta parte meridional da então colônia portuguesa (BARRETO, 1976, v. 2, p. 848-852).

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

a maneira de governar. Destacava o aparecimento de um bote, que viera com um piloto a bordo que, por meio de sinais apropriados, prestou idêntico serviço. O britânico relatava que esses sinais não só indicavam a rota que o navio deveria seguir, como, às vezes, lhe aconselhavam a que deitasse âncora onde estava, ou mesmo a que retornasse ao mar alto, quando não houvesse água bastante na barra para transpô-la. Explicava que o primeiro desses sinais era dado erguendo-se do bote uma bandeirinha na direção que o navio deveria tomar, e os outros dois, abaixando completamente a bandeira; o piloto permanecia no bote, que prosseguia um pouco à frente do navio, sondando com uma longa vara, que virava de ponta a ponta com agilidade, à medida que se avançava através de uma barra ampla e rasa, situada numa angra profunda e perigosa.

Luccock vinha ao Rio Grande com interesses bem definidos: aproveitar as novas circunstâncias advindas da abertura dos portos e promover um empreendimento comercial, e foi nesse sentido que se orientou seu olhar. O britânico lamentou a demora para conseguir chegar à comuna rio-grandina, mas, aí aportando, observou sinais de comércio que animaram seu espírito. De acordo com tal perspectiva, afirmava que por essa época as atividades mercantis do Rio Grande estavam passando por grandes alterações, de cuja natureza e extensão os habitantes não se mostravam a par, descrevendo que suas importações consistiam outrora em lãs de Portugal, algodão grosseiro do Brasil e uma grande variedade de ferragens, louças, sal, fumo, açúcar, aguardente e escravos. Explicava que muitos desses artigos começavam a ser desbancados pelos produtos ingleses, que se forneciam a preço mais barato e eram mais

adaptados ao crescente gosto pela exibição, pois que as possibilidades que a riqueza concedia se escoavam por variados canais. Observava ainda que por estas bandas do Brasil havia muitas cidades da costa que dependiam quase inteiramente de fora para o seu abastecimento em gêneros de primeira necessidade; enquanto isso, o aumento da população, decorrente do progresso no comércio e da preferência a esse lado do país concedida pelos portugueses, por ser mais conveniente à saúde que outras partes da colônia, concorria para aumentar o consumo e o custo dos mantimentos.

Também sobre o ambiente comercial rio-grandino, John Luccock informava que a procura de couros e de sebo encontrava oferta principalmente nesse porto e em Buenos Aires, e a admissão da navegação britânica no último destes lugares produziu efeitos imediatos e notáveis nesses artigos. O comerciante inglês não deixava de fazer referência ao contexto platino, afirmando que Montevideu, rival do Rio Grande, achava-se em apuros, e quanto à Espanha, já não podia nem suprir as necessidades nem comprar os produtos do país, de forma que, por isso tudo, o comércio interior, de além das fronteiras, o mais lucrativo de que São Pedro gozava, achava-se em progresso. Destacava ainda que as vizinhanças da cidade ofereciam campo para o consumo de algumas das importações; uma parte maior seguia pela Lagoa dos Patos acima até Porto Alegre e os rios que ali desaguavam; pela Lagoa Mirim e através do *Ygaroon*, para a região por detrás de Montevideu e Maldonado, de forma que, por essas dilatadas águas se recolhiam as exportações que constavam principalmente de couros, sebo, trigo, cebola, queijo e charque, e todos esses artigos eram

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

remetidos para o Rio de Janeiro, apenas a Bahia partilhando do último deles. O incremento mercantil, segundo ele, poderia ser detectado pelo movimento da navegação, relatando o aumento do número de navios que zarparam do Rio Grande, em 1808; eram, em geral, brigues de cem a duzentas toneladas de frete, capazes de realizar a viagem em quatro a cinco meses. No mesmo sentido, apontava que a produção do interior era trazida por iates de vinte a setenta toneladas de frete e alguns poucos brigues carregavam em Porto Alegre, a maior parte em São Pedro, onde todos eram obrigados a tirar suas licenças. Finalmente, acerca do tema, o britânico concluía que o valor desse comércio para o Brasil era incalculável, apesar do dano que lhe causava o fato de o governo retirar a moeda toda do país, nada fornecendo em troca.

Um dos poucos registros iconográficos sobre o Rio Grande nas primeiras décadas do século XIX foi realizado pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, renomado artista que teve destacada atuação no Brasil dessa época. Debret esteve no Rio Grande do Sul e realizou alguns registros sobre a cidade do Rio Grande, com destaque para as visões acerca do seu litoral. Dentre as gravuras elaboradas sobre a vila do Rio Grande, uma delas mostrava em primeiro plano a ponta da Macega e, logo em seguida, os armazéns e sobrados recentemente construídos na Rua Nova das Flores, e atrás, a Rua da Praia, ficando bem visível a Matriz de São Pedro⁵. A

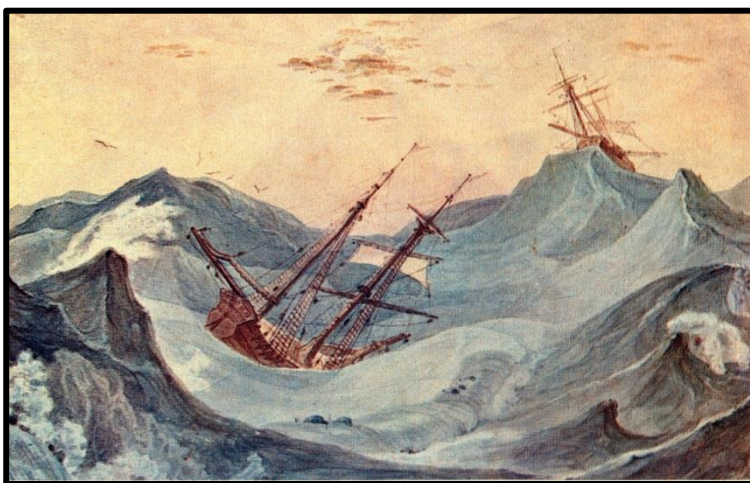
⁵ BARRETO, 1973, v. 1. p. 395-401; DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, 1940. O francês Jean-Baptiste Debret (1768- 1848), reconhecido artista europeu, acompanhou a ação cultural da “missão francesa”

paisagem pintada por Debret viria a constituir um dos registros pictóricos mais antigos da interface rio-grandina para com as águas, apresentando já significativo movimento de navios. A imagem reproduzida pelo pintor francês mostrava o *core* rio-grandino visto do norte, no qual as velas de numerosas embarcações davam no primeiro plano a medida da principal atividade urbana e escondiam os inúmeros trapiches que povoavam a recém-aberta Rua da Boa Vista⁶. Uma outra pintura apresentava um barco adentrando pelo litoral rio-grandino, com a presença das areias tomando conta da paisagem. Ainda levando em conta os motivos náuticos, o artista mostrava duas embarcações passando por dificuldades ao enfrentar um vento “pampeiro”.

que veio para o Brasil no período joanino. Debret permaneceria quinze anos no Brasil, acompanhando o processo de formação do Estado Nacional. Prestou auxílio na criação da Escola de Belas Artes, na qual atuou como docente e pintou uma vasta obra sobre a vida na Corte, bem como sobre aspectos variados de algumas das províncias brasileiras. Tudo indica que o artista francês esteve por duas vezes no Rio Grande do Sul, a primeira em 1816, logo após a sua chegada ao Rio de Janeiro, acompanhando a divisão de voluntários destacada para o combate a Artigas no Uruguai, e a segunda, muito provavelmente em 1825, ano em que assinaria várias aquarelas sobre São Paulo e Rio Grande do Sul. Na obra de Debret sobre as terras sulinas, várias facetas da sociedade sul-rio-grandense seriam por ele captadas e posteriormente registradas em publicação que lançaria a respeito do Brasil.

⁶ COPSTEIN, Raphael. Evolução urbana de Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 122, p. 62, 1982.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E
HISTORIOGRAFIA



No início dos anos vinte, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire⁷ realizaria um dos relatos mais conhecidos sobre o Rio Grande do Sul dessa época. Crítico mordaz da situação rio-grandina, tendo em vista as limitações de acesso, chegou a sugerir que o estabelecimento portuário deveria concentrar-se em São José do Norte e não no Rio Grande. A respeito da navegabilidade, afirmava que as embarcações de quatorze palmos de calado não poderiam transpor a barra e que em frente à cidade não havia profundidade bastante para outras embarcações além de pequenos iates, dos quais os maiores ancoravam diante da aldeia do Norte, que poderia ser considerada como o verdadeiro porto de São Pedro. Na concepção do escritor, seria, pois, muito provável que a cidade do Rio Grande, não possuindo verdadeiramente um porto, situada em

⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS/Martins Livreiro, 1987. p. 57-77. O francês Auguste François César Provensal de Saint-Hilaire (1779-1853) era considerado o homem de ciências de seu tempo, autodidata por excelência. Desenvolveria desde cedo um certo “espírito científico”, tornando-se o que à época denominava-se naturalista, dedicando-se mais detidamente aos estudos de botânica. Como “cientista” veio para a América, deslocando-se por várias regiões brasileiras e chegando até as terras platinas. De acordo com seus intentos, ao longo do itinerário estudou e coletou variadas espécies de plantas e animais. Permaneceu no Rio Grande do Sul entre 1820 e 1821, empreendendo visitas a várias localidades gaúchas. Seus escritos acerca das regiões em que esteve são detalhados, revelando um espírito eurocentrista, como não poderia deixar de ser, e, muitas vezes, crítico, em relação às realidades que vivenciava (BARRETO, 1976, v. 2, p. 1180-1188).

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

terreno estéril, no meio de pântanos e areais, fosse em breve abandonada se nela não tivessem colocado a alfândega e não fossem obrigados a transportar por ali todas as mercadorias que chegavam ao Norte, mesmo aquelas destinadas ao comércio desta aldeia. Comentava que seria fácil concluir o quanto esses transportes facilitavam o contrabando, tendo, além disso, o inconveniente de majorar os riscos e as despesas.

A respeito do canal de navegação, o estudioso francês dizia que era indicado por balizas, que tinham o inconveniente de ser muito frágeis e facilmente arrastadas pela correnteza. Explicava também que o refluxo das águas “do rio”, produzido pelo mar, e a falta de profundidade seriam as causas das dificuldades que a barra apresentava à navegação e dos naufrágios frequentes que ali ocorriam, além de citar as inconstâncias desta e as providências que se buscara adotar para aliviar tais males. Fazia referência às várias precauções tomadas em relação aos navegantes, como a colocação de sinalizações, enfatizando, como uma “notável singularidade” o fato da barra do Rio Grande nunca estar no mesmo lugar, estando constantemente obstruída. Apesar das críticas, Saint-Hilaire reconhecia que Rio Grande tornara-se o centro comercial do charque gaúcho e, assim, um importante porto para o Brasil. Informava que numa das extremidades da praça citadina havia um belo cais, com um galpão de dezesseis passos de comprimento por vinte de largura, coberto de telhas, sustentado por barrotes de madeira muito fracos; por meio de um guindaste, descarregavam-se as mercadorias no galpão, e o acesso a este se fazia por uma ponte de madeira de setenta pés de comprimento entre pilares e guarnecida de um peitoril dotado de bancos. Informava

ainda que a localidade era, no momento, o centro de considerável comércio de carne seca, couros, sebo e trigo, produzidos em grande parte da capitania.

Nessa época, a vila do Rio Grande seria descrita por um dos viajantes europeus que mais tempo permaneceu na província, o militar e depois comerciante Nicolau Dreys⁸, que morou por uma década no Rio Grande do Sul. Suas descrições sobre a localidade são aproximadamente da metade da década de vinte, demonstrando bastante expectativa para com a comuna portuária. Ainda assim, não deixava de salientar que os mares do Rio Grande foram sempre objeto de pavor, pelo menos de inquietação para os navegantes, mormente para os estrangeiros, de modo que a navegação nessas paragens não era sem dificuldades, nem mesmo sem perigos. Explicava que, em toda essa vasta extensão de costa, não havia lugar algum em que o mar não rebentasse com violência, e do porto da Laguna até o do

⁸ DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1927. p. 10-13, 18-21 e 104-107. O francês Nicolau Dreys (1781-1843) atuou como militar e funcionário público em seu país natal, de onde teve de retirar-se por questões políticas, deslocando-se para o Brasil em 1817. Permaneceu pouco tempo no Rio de Janeiro, vindo para o Rio Grande do Sul, onde moraria por uma década, entre 1818 e 1828, depois empreendeu novas viagens, até fixar-se no Rio de Janeiro, onde viria a falecer. Nas terras meridionais do Brasil, usaria sua experiência militar para ingressar nas forças de combate a Artigas, mas foi às lides comerciais que efetivamente dedicou-se (BARRETO, 1973, v. 1, p. 452-455). Seus escritos acabariam originando a obra *Notícia descritiva* que apresenta uma visão bastante simpática para com os sul-rio-grandenses.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

Rio Grande, nenhum abrigo se oferecia ao navegante, num quadro em que a costa, tristemente nua, seca, ameaçadora, prometia um naufrágio provável a qualquer embarcação que quisesse chegar a ela e qualificava de infeliz aquele que fosse surpreendido à vista de terra pelos ventos, tão repentinos como violentos nesses climas caprichosos, mormente na espécie de enseada que formava a costa pelos 30° 40' de latitude, posição na qual o sinistro seria quase inevitável.

Segundo o escritor francês, os mares do Rio Grande eram geralmente pouco profundos – condição ordinária de todos os mares contíguos a costas baixas e arenosas – daí resultando que, na ocasião das tempestades, o mar parecia abalado até suas profundezas; nessas circunstâncias, ele perdia sua tinta azulada e tomava uma cor pálida, como de mistura de barro e areia, suas ondas revolviam-se em vagalhões imensos, que limitavam o horizonte às cintas do navio, e se precipitavam uns sobre os outros na direção das correntes, as quais aceleravam também sua rapidez, na razão da intensidade dos ventos que as regulavam, e do pouco volume das águas que obedeciam ao seu impulso. A respeito das condições portuárias rio-grandinas, explicava que havia poucos anos o porto do Rio Grande era simplesmente assinalado ao navegante por um mastro grosseiro, que ainda podia ser visto curvado pelos ventos, na extremidade das areias da ponta setentrional; porém, o progresso dos melhoramentos em todos os ramos da administração pública e a índole industriosa dos habitantes do país não poderiam deixar de remover tão precária e incompleta forma do mais útil estabelecimento. Assim, naquele tempo, a barra do Rio Grande manifestava-se ao navegante pela torre da

Atalaia, a qual, à distância em que a terra ainda não se avistava, levantava-se no horizonte como se surgisse do seio das águas; a entrada era circunscrita por bancos de areia dura, sobre os quais o mar rebentava com fúria, e entre eles estava o canal de navegação, considerado estreito em demasia. A baixa profundidade dessas águas se tornaria tema recorrente nos escritos de Dreys. As esperanças do narrador francês para o futuro dos rio-grandinos ficavam bem expressas em sua declaração de que, apesar da desgraçada posição da cidade de São Pedro do Sul, no meio das areias estéreis que a circundavam e invadiam continuamente, ela se apresentava como uma criação excepcional da política e do comércio, indiferente e como estrangeira ao território que ocupava, devido ao caráter ativo, industrioso e empreendedor dos seus habitantes. Considerava que ali, o homem pudera mais que a natureza; onde achara impotência e miséria, fizera nascer prosperidade, pois a vila de São Pedro, com suas casas suntuosas, seus ricos armazéns, seus cais regulares e seu porto retificado, poderia concorrer com as mais notáveis cidades da América do Sul. A respeito da zona urbana litorânea do Rio Grande, dizia que havia poucos anos a urbe participara do ridículo que se notava numa grande parte das vilas marítimas do Brasil, ou seja, apresentava ao viajante a parte traseira de seus edifícios, num quadro em que nenhuma ideia favorável poderia nascer do primeiro aspecto, e às vezes essa impressão contrária era, todavia, uma injustiça. Explicava que a Câmara Municipal do Rio Grande fora uma das primeiras a reconhecer o erro dos antepassados e determinara a formação de cais sobre a face da localidade que estava fronteira ao mar, e suas ordens foram executadas com

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

muito trabalho, porém com suma boa vontade dos habitantes. Os cais se conquistaram sobre o mar por meio de aterros dispendiosos, de modo que a cidade ficara ornada do lado do porto de uma zona de cais largos, regulares, a que poderiam encostar as embarcações para largar ou receber a carga, e bordados de armazéns e casas, cuja frente advogava, aos olhos do estrangeiro, a causa do bom senso e da civilização progressiva dos habitantes.

Para Nicolau Dreys, o porto de São Pedro era mais seguro que o da vila de São José do Norte, onde costumavam fundear as embarcações de lote grande, sendo o mesmo uma criação também recente, inteiramente devida ao ânimo e aos sábios cálculos dos rio-grandenses, uma vez que ninguém, nessa parte da América, se tivera ainda lembrado de aplicar aos portos os processos hidráulicos pelos quais se aprofundavam e se mantinham alguns portos do velho hemisfério, quando os negociantes da praça mandaram vir e puseram em atividade nos baixios do Rio Grande uma máquina especial, conseguindo, por meio dela, desentulhar os canais que circulavam entre os bancos de areia e abrir às embarcações carregadas um caminho fácil, até então desconhecido e considerado, na opinião de todos, como impraticável. Em época bem próxima à essa narrativa, o militar suíço-alemão Carl Seidler⁹ também faria

⁹ SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. p. 102. O suíço-alemão Carl Friedrich Gustav Seidler veio para o Brasil para lutar ao lado do exército imperial na Guerra da Cisplatina. Nos dez anos que permaneceu no Brasil, a partir da segunda metade dos anos vinte, acompanhou fragmentos do cotidiano e da vida social

referências ao Rio Grande, considerando-o como o único porto marítimo da província em que se encontrava melhor produto de vida, conhecendo-se regularmente as comidas europeias e sua preparação. Apontava para os muitos navios norte-americanos sempre ali ancorados, além de holandeses, ingleses e franceses, que vinham ao Rio Grande e abasteciam a comuna, e através dela a província, em produtos europeus, num contexto em que hamburgueses, e, de modo geral, alemães, eram raros, pois que tão longa viagem só costumava ser feita em grandes navios de três mastros e estes não podiam entrar no porto, por causa das areias tocadas pelo vento, que iam cada vez mais reduzindo a profundidade.

A respeito do papel mercantil rio-grandino, uma das expressões mais representativas foi lapidada pelo estudioso francês Arsène Isabelle¹⁰, que, à entrada da

brasileira, desenvolvendo uma narrativa que bem captou detalhes intrínsecos à sociedade gaúcha. No Rio Grande do Sul, onde esteve desde a virada de 1826 para 1827, deixou significativo depoimento acerca das realidades vivenciadas, o qual consiste numa crônica social da época no Rio Grande do Sul, desenvolvida à medida que sua tropa se aquartelava ou acantonava em diferentes pontos da província. Em sua obra, Seidler deixou uma excelente reportagem dos hábitos rio-grandenses no início do século XIX (BARRETO, 1976, v. 2, p. 1251-1252).

¹⁰ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. p. 77-80. O francês Louis-Frédéric Arsène Isabelle (1807-1888) tinha pendores de naturalista e, como estudioso, empreendeu viagem à América. Após malograda tentativa de empreendimento empresarial em Montevidéu, deslocou-se para o Rio Grande do Sul, onde permaneceu entre 1833 e 1834. Em sua viagem coletou

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

urbe, afirmava que estava chegando à principal porta da província, conhecida com o nome de Rio Grande. Chamava atenção para o bem-estar dos habitantes, o que comprovaria que os negócios eram bons nessa parte da província, considerando que o fator que mais contribuía para a prosperidade de São Pedro era o espírito de associação de seus negociantes, os quais empregariam grande parte de suas fortunas em empresas de utilidade pública, tentando atrair o comércio estrangeiro, assim como modificar, por obras importantes, os graves inconvenientes da situação desagradável e pouco cômoda que apresentava a localidade. Corroborando sua asserção, o autor citava uma sociedade de acionistas que se encarregara de cavar, por meio de custosas máquinas a vapor, um canal com vistas a permitir que navios de duzentas toneladas ou mais pudessem vir ao cais fazer seu carregamento e descarregamento e que, antes da conclusão desses trabalhos, não sem grandes perdas por parte da sociedade, os navios paravam todos em São José, e os armadores e consignatários tinham depois de arcar com as despesas maiores da baldeação e transporte. De acordo com o escritor francês, a embocadura do Rio Grande era obstruída por uma barra ou bancode areia movediça, que tornava a entrada muito difícil para navios com mais de dez ou onze pés

espécimes botânicos, geológicos e zoológicos e amostras de madeiras fósseis. Realizou diversos estudos sobre colonização e imigração. Voltaria ao Uruguai, onde atuaria como jornalista, professor de francês e contabilidade e funcionário do consulado da França. Seus escritos sobre o Rio Grande do Sul são considerados os melhores entre aqueles por ele elaborados (BARRETO, 1973, v. 1, p. 708-711).

de água, de maneira que, durante a noite, um fogo colocado na margem direita e que se avistava a quatro léguas de distância indicava a entrada do rio; já durante o dia, bandeiras de diversas cores, içadas no cimo do farol, assinalavam a quantidade de água no canal e a direção a seguir, havendo também pilotos experimentados para conduzir os navios.

A guerra no sul terminaria em 1845, tendo em vista o esgotamento dos rebeldes; a falta de alternativas do Rio Grande do Sul para a colocação de sua produção, em razão de sua economia subsidiária, em que produzia para o consumo interno de um país agroexportador e periférico na economia mundial; e os interesses imperiais de promover uma ampla pacificação no Brasil em busca da harmonia político-institucional que poderia garantir estabilidade econômica, interesse que era ainda mais vivo no Rio Grande, por causa da iminência de conflitos bélicos com os vizinhos platinos, diante dos quais um Rio Grande do Sul pacificado tornava-se fator fundamental para o sucesso nas guerras que se avizinhavam. A partir de então, a província sulina passaria por uma lenta e progressiva recuperação econômica, com a volta da peonada e até mesmo da escravaria que, largando as armas, retornariam às suas lides campeiras. Tal recuperação econômica também se faria sentir junto à urbe rio-grandina, através de uma gradual recuperação comercial. Bem nessa época, o caixeiro e representante diplomático belga Alexandre Baguet descrevia o Rio Grande, informando que, graças a seu comércio e seu porto, que era o único daquela rica província, a cidade sofrera, pela força das circunstâncias, uma transformação completa, realizando-se ali um comércio muito ativo; pavilhões de todas as nações

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

tremulavam no porto, consistindo o movimento mercantil principalmente de couros secos e salgados, lãs, ossos, sebos, crinas e carne seca, de que se fazia enorme consumo em todo o Brasil e em Havana¹¹. Apesar de mais esse entrave, o comércio marítimo evoluía no Rio Grande, e parte desse movimento ficaria bem representado nas gravuras de autoria do mercenário alemão Hermann Rudolf Wendroth, retratando a cidade por volta de 1851. Dentre essas cenas, o ambiente portuário teria realce em pelo menos três de suas pinturas: “Cais do Rio Grande”, em que apareciam embarcações e, em primeiro plano, os trabalhadores portuários, com a presença de escravos; “Esboço de uma vista do porto do Rio Grande do Sul”, com destaque para os barcos de várias nacionalidades, denotando a

¹¹ BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: Paraula, 1997. p. 30. O belga Alexandre Nicolas Ghislain Baguet (1817-1897) atuou em seu país natal como conselheiro da província da Antuérpia. Veio ao Brasil em 1842, na condição de caixeiro. Chegou a ser professor das princesas imperiais e, ao regressar para a Bélgica, em 1874, recebeu o cargo de cônsul honorário da Antuérpia. Dedicando-se também às letras, foi eleito conselheiro da Société Royale de Géographie d'Anvers, colaborando com o boletim da associação. Ao empreender viagem ao Paraguai, em excursão que se estendeu entre 1845 e 1846, teve a oportunidade de conhecer o Rio Grande do Sul, na ida e na volta de sua jornada. Da presença em terras gaúchas resultariam vários textos, nos quais os costumes dos estrangeiros e dos peões e a difícil travessia do território rio-grandense, na época em que a Província mal saíra da Revolução Farroupilha, estão bem descritos e com muita perspicácia (BARRETO, 1973, v. 1, p. 100-101).

relevância das lides mercantis, e “Vista do porto do Rio Grande”, interessante perspectiva da cidade rodeada de barcos¹².

¹² BARRETO, 1976, v. 2, p. 1418-1423. O alemão Hermann Rudolf Wendroth rumou para o Brasil em 1851 para atuar como mercenário contratado do Império, na guerra contra o argentino Rosas. Ficou pouco no Rio de Janeiro, sendo enviado junto de seu batalhão para o Rio Grande do Sul. Permaneceu alguns dias no Rio Grande e em Pelotas e, boêmio, excedeu-se nas farras e na bebida, chegando a ser preso nesta última localidade. Suas qualidades literárias e pictóricas, muitas vezes a serviço de um espírito satírico, apareciam ostensivamente no álbum de aquarelas que realizou sobre suas andanças pela mais meridional província brasileira. Passou pouco tempo em Porto Alegre; depois, Rio Pardo, mais tarde foi para Lavras, em busca de ouro, vindo a percorrer praticamente toda província a partir daí, observando os costumes do campo e as cenas da cidade e registrando essas observações em seus esboços ou com o colorido agradável de seus pincéis. Teria falecido por volta de 1860, em Porto Alegre ou em Buenos Aires. Wendroth retratou o Rio Grande do Sul num conjunto de aquarelas das cenas de sua viagem, dedicando significativa parte dessa produção à cidade do Rio Grande.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA





Nessa época, o militar austríaco Joseph Hörmeyer produziria uma série de escritos que visavam a propagandear as potencialidades sul-rio-grandenses em busca da atração de imigrantes. Essa narrativa incluía o Rio Grande e suas condições de navegação. Hörmeyer descrevia a barra como um complexo de casas na desembocadura do Rio Grande no oceano, com maximamente 100 moradores e dois faróis, dos quais apenas um, construído por um inglês e concluído em dezembro de 1851, estava em funcionamento. Consistia em uma construção de ferro, delgada e bonita, de cerca de 90 pés de altura, provida de um fogo rotativo, alternadamente crescente e decrescente. Informava ainda que na barra ficava sempre ancorado um rebocador para, diante da periculosidade da passagem, orientar a entrada dos navios que chegassem, e do farol mais antigo era sinalizado aos navios o nível momentâneo das águas. No que tange à cidade do Rio Grande, afirmava que era situada na ponta de uma península, no meio das areias, sendo de construção bastante bonita e podendo ter 12 a 14 mil habitantes, a maior parte das ocupações voltadas

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

ao animado comércio. Apontava que muitas vezes havia cem até duzentos navios de vários tamanhos no porto, mas prenunciava que as atividades mercantis deveriam decair com a recuperação de Montevideu¹³.

O médico alemão Robert Ave-Lallemant¹⁴, que visitou o Rio Grande em 1858, daria um testemunho

¹³ HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional*. Porto Alegre: D.C. Luzzatto/EDUNI-Sul, 1986. p. 36-37. O austríaco Joseph Hörmeier (1824-1873) foi contratado por oito anos, em 1851, como capitão de infantaria, vindo a ser mais um dos estrangeiros que serviu ao Império Brasileiro na guerra contra a Argentina de Rosas. Acabaria por produzir uma série de escritos sobre as terras e a gente gaúcha, buscando apontar o Rio Grande do Sul, pela excelência climática e pela fertilidade do solo, como local ideal para a vinda de imigrantes. Assim, sua obra destinou-se à propaganda do Brasil na Europa, para efeitos de emigração de agricultores e artesãos. Entre as suas melhores páginas, estão às relativas à vida do campo no Rio Grande do Sul, com a menção de trajes e usos do gaúcho, seus utensílios, as festas que promovia, destacando-se também a descrição particularizada de várias das colônias alemãs (BARRETO, 1973, v. 1, p. 655-658).

¹⁴ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. p. 103-106 e 355-356. O alemão Robert Christian Berthold Avé-Lallemant (1812-1884) era médico recém-formado quando rumou para o Brasil, em 1837, ao encontro de dois irmãos que já residiam no Rio de Janeiro. Atuou como diretor do hospital de febre amarela por vários anos, regressando à Alemanha em 1855 por motivo de saúde. Mas não demorou muito em sua terra natal. Ingressou na expedição científica de Humboldt e desembarcou novamente na capital do Império, em 1857, vindo a ser nomeado médico

bastante indicativo do verdadeiro pavor provocado à época pela travessia da barra do Rio Grande, considerada por ele como uma das mais desagradáveis e mais perigosas que existiam, de modo que poucos portos se encontrariam em que, na proporção com os navios entrados, tenha havido tantos naufrágios como ali. Esclarecia que o estado crítico da barra era uma preocupação para a província e uma questão vital para a cidade do Rio Grande, fazendo algumas referências a projetos alternativos, que seriam prejudiciais à urbe portuária. A respeito do porto, descrevia que, no cais, eram vistas numerosas embarcações, de diferentes tamanhos, especialmente brigues e escunas. Explicava que a província não possuía outro porto marítimo importante e por isso o estudo da maneira de conseguir e conservar um tráfego livre entre o interior e o oceano era importantíssimo objeto dos cuidados e meditações de qualquer administração provincial. Avé-Lallemant pintava um quadro tétrico acerca da passagem pela barra, fazendo referência à pouca profundidade, à violentíssima ressaca, à demora para conseguir a entrada, aos bancos de areia, aos restos e destroços de navios naufragados, à constante obstrução pela areia e à inconstância do nível da água.

Na virada da década de sessenta, um dos estudos mais completos sobre a costa rio-grandense seria produzido pelo cônsul britânico Henry Prendergast Vereker, figura que mais tarde viria a ter papel decisivo

do Hospital de Estrangeiros. Nos dois anos seguintes, empreenderia suas viagens ao Sul e ao Norte do Brasil, das quais resultariam seus escritos, inclusive aqueles sobre o Rio Grande do Sul (BARRETO, 1973, v. 1, p. 82-83).

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

no desenrolar dos acontecimentos que levariam à ruptura diplomática entre Brasil e Inglaterra, no episódio conhecido por Questão Christie. Tendo vivido algum tempo na cidade portuária, o representante britânico organizaria um manual para os navegantes, buscando descrever detalhadamente seu objeto de estudo a partir da leitura do material existente e das observações *in loco*. Um de seus mais significativos avisos era de que, na costa do Rio Grande, a máxima atenção deveria ser dada para o acerto da posição do navio em latitude e longitude, pois havia poucas partes do mundo que exigiam tanta certeza dos cálculos de posição. Constituindo um livro essencialmente técnico, a obra de Vereker abordaria questões como as modificações de posição na barra, bem como a sua profundidade e a dos canais, os deslocamentos dos bancos de areia, as possibilidades de socorro e as melhores condições para adentrar a barra e chegar até o porto. O cônsul manifestava a pretensão de que suas observações se mostrassem úteis para os navegantes britânicos e outros interessados no comércio marítimo do Rio Grande do Sul, e que elas pudessem colaborar, mesmo que em pequena medida, na promoção desse comércio¹⁵.

¹⁵ VEREKER, Henry Prendergast. *The British shipmaster's hand book to Rio Grande do Sul*. London: Effingham Wilson, Royal Exchange, 1860. p. 16; VEREKER, Henry Prendergast. *Vereker, 1860: roteiro da costa do Rio Grande do Sul*. Tradução: João Reguffe. Rio Grande: Ed. da FURG, 2001. p. 30-58. O britânico Henry Prendergast Vereker (1824-1904) era de ascendência nobre e bacharelou-se pelo Trinity College, em Dublin. Atuou na cidade do Rio Grande como cônsul e agente postal a serviço de seu governo. Ficou mais conhecido a partir da Questão Christie, que levou à ruptura diplomática entre Brasil

No âmbito dos estudos acerca do litoral, o trabalho do almirante Mouchez sobre a costa do Brasil também fazia referência às terras sulinas. Nesse escrito, o porto do Rio Grande do Sul era apontado como compreendido no espaço que se estendia da barra ao sul, até meia milha ao norte de São José do Norte, a seis milhas do farol, e estendendo-se a oeste até o ancoradouro do Rio Grande, havendo quatro ancoradouros diferentes nesse espaço. Explicava que os práticos do Governo tinham por dever tomar todos os navios, guiá-los na entrada da barra e conduzi-los ao primeiro ancoradouro. Ressaltava que não era conveniente passa-la sem prático, a menos que a catraia não estivesse no seu posto, de modo que, quando esta não pudesse deslocar-se, estando a barra praticável, os

e Inglaterra, tendo ele participação decisiva numa das facetas que marcou o episódio, quer seja, o naufrágio do navio *Prince of Wales*, vindo a ser esse, inclusive, um dos motivos de seu afastamento do Rio Grande, em 1864. Antes, porém, de seu envolvimento naquele incidente, o representante britânico realizou diversos estudos sobre a costa a rio-grandense (como também o fez em relação ao litoral paranaense). Obteve o grau LL.D. (doutor em leis), vindo a ser eleito *Fellow* da Royal Geographical Society de Londres. Na década de cinquenta realizou os estudos e elaborou os escritos que resultariam, em 1860, na publicação de um roteiro sobre a costa. Na sua obra, Vereker fez um aprofundado estudo sobre o litoral gaúcho, a partir das próprias observações e das fontes então existentes, preocupando-se em destacar, entre outros assuntos, rotas de navegação, ventos, faróis, sondagens, bancos de areia, ancoradouros, portos, sinalizações, comunicações e providências em caso de acidente, bem como as praxes comerciais (BARRETO, 1976, v. 2, p. 1388-1389).

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

práticos saíam a bordo dos rebocadores. Complementando informações anteriores, destacava que os práticos definitivamente não mais iam a bordo, dirigindo os navios por meio de uma bandeirola que inclinavam para o lado pelo qual se devia aproar, sendo conservada na vertical enquanto se estivesse em bom caminho. Sobre os riscos do acesso ao Rio Grande, Mouchez ressaltava que o canal era estreito, tortuoso e com pouca profundidade, sendo necessário muito cuidado ao entrar, pois do encalhe na maré alta adviriam delongas e despesas. Ainda sobre o porto, detalhava que as embarcações nacionais ancoravam a ré e avante a oeste do cais da alfândega, ao passo que as estrangeiras ofaziam a leste¹⁶.

Apesar dos recorrentes problemas de acesso à costa sul-rio-grandense, a imagem da urbe portuária era divulgada na Europa, caso de uma gravura publicada por volta de 1865 por Francis Richard, em um jornal francês. Apesar de serem apontadas as limitações quanto

¹⁶ INSTRUÇÕES sobre o porto do Rio Grande – extraídas das instruções náuticas sobre as costas do Brasil pelo Almirante Mouchez. In: MINISTÉRIO da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul – Relatório apresentado ao Governo Imperial – Comissão de Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul – Apêndices*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. p. 23-35; e MOUCHEZ, Amédée-Ernest Barthélemy. *Instructions nautiques sur les côtes du Brésil et le Rio de La Plata*. Paris: Imprimerie Nationale, 1890. Amédée-Ernest-Barthélemy Mouchez era um navegador que, no comando do “D’Entrecastaux”, realizou o levantamento da costa do Rio Grande do Sul nos anos 1861-1862 e dessa campanha surgiriam todas as cartas que abrangem tal território litorâneo (BARRETO, 1976, v. 2, p. 958-961).

ao acesso, Rio Grande era descrito como um dos principais portos da parte meridional do Brasil e como o grande escoadouro comercial da região¹⁷. Tal estampa representava verdadeiro cartão postal da localidade, bem ao gosto das autoridades públicas municipais que tanto queriam poder divulgar o aformoseamento da urbe. Nessa mesma época, o nobre francês e membro da Família Imperial, Luís Filipe Gastão d'Orleans, o Conde D'Eu, em visita ao Rio Grande do Sul, escreveria a respeito da cidade litorânea, referindo-se aos estreitos canais navegáveis, apertados pelos bancos de areia que se estendiam pelo trajeto e sobre os quais as vagas constantemente rebentavam. Passada a barra, o visitante se depararia com a cidade do Rio Grande, precedida de uma "floresta de mastros"¹⁸.

¹⁷ BARRETO, 1976, v. 2, p. 1132.

¹⁸ EU, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orleans, Conde d'. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. p. 22-23 e 139-140. O francês Luís-Felippe Fernando Gastão d'Orleans, Conde D'Eu (1842-1922), casara-se com a Princesa Isabel, herdeira do trono brasileiro, e por ocasião da Guerra do Paraguai encontrava-se na Europa com a esposa. Quando os paraguaios invadiram o Rio Grande do Sul, D. Pedro II decidiu por deslocar-se ao cenário da guerra, em 1865, e o Conde D'Eu, de volta ao Rio de Janeiro, optou por embarcar para o sul, buscando encontrar-se com o Imperador. Ao vir para as terras meridionais do Brasil, Gastão d'Orleans visitaria várias localidades gaúchas, até chegar a Uruguaiana, ainda a tempo de assistir à rendição dos invasores. Durante seu trajeto, o nobre francês escreveu um diário de viagem, no qual descreveu as regiões pelas quais passou (BARRETO, 1973, v. 1, p. 480-481).

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA



No início dos anos setenta, mais um cronista estrangeiro descreveria o litoral rio-grandino. Era o alemão Oskar Canstatt, que atuou no Rio Grande do Sul como administrador de colônia¹⁹. Já à entrada da cidade,

¹⁹ CANSTATT, Oskar. *Brasil: a terra e a gente* (1871). Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1954. p. 361-363. O alemão Emil Arthur Oskar Canstatt (1842-1911) viria para o Brasil ao final dos anos sessenta, atuando como diretor da colônia Montalverne. Em 1869, na capital gaúcha, naturalizou-se brasileiro, e no ano seguinte casou-se em Santa Cruz do Sul. Regressaria para a Alemanha em 1871, e por volta de 1895 vivia como escritor em sua terra natal. Seus diversos escritos abordaram os mais variados temas, como geologia, clima, agricultura, zoologia, sendo a colonização sua abordagem preferencial. Elaborou diversificados artigos, alguns dos quais resultariam na obra *Brasil: terra e gente*, considerada um dos livros mais lúcidos entre os escritos sobre o país, e, especificamente sobre o Rio Grande do Sul, o livro de Canstatt constitui uma das melhores descrições sobre a província e dos

narrava a aproximação da temida barra do Rio Grande, de cujo perigo todo viajante tinha bastante para contar, e fazia referência aos bancos de areia, às correntes marítimas e ao perigo de encalhe. Afirmava que o porto do Rio Grande do Sul era tido pelos marinheiros como um dos mais temidos ancoradouros em toda a costa oriental da América do Sul, e comentava que a floresta de mastros com flâmulas e bandeiras de todas as nações que cruzavam os mares constituía um espetáculo surpreendente. Explicava que Rio Grande era uma cidade inteiramente comercial, onde quase não se conheciam outros interesses senão os do comércio, cuja maior parte estava nas mãos de estrangeiros. Descrevia que, ao longo do cais o movimento era grande, no qual os armazéns das grandes casas comerciais alternavam-se com pequenas lojas de massame e toda a espécie de petrechos para navios, tavernas de marinheiros, hospedarias, lojas de todas as espécies de artigos e agências de tudo o que se relacionava com o mar. Também relatava a existência de montes de couros empilhados e de mantas de carne desenroladas ao sol para secar, mostrando logo quais eram os principais artigos de comércio da província, apesar de submeterem com o seu “cheiro repugnante” o nervo olfativo dos recém-chegados a uma dura prova; pez, sebo e alcatrão amontoados também concorriam para impregnar a atmosfera circundante de um aroma nada agradável, num ambiente em que “louros filhos de Albion e negros de carapinha” movimentavam-se entre esses tesouros procurando cada um ao seu modo ganhar o metal

seus costumes logo após a guerra com o Paraguai (BARRETO, 1973, v. 1, p. 283-288).

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

sonante. O autor referia-se também aos meios empregados para evitar sinistros náuticos, ao elevado número de naufrágios, aos problemas da navegabilidade e à presença de muitos estrangeiros no porto, no qual observou uma verdadeira “confusão babélica”, pois chegavam-lhe aos ouvidos palavras em inglês, francês, alemão e português.

Nessa época de amplas discussões, esteve visitando a cidade o engenheiro inglês William Lloyd, que atuara em vários locais do mundo e no Brasil, onde trabalhara na construção de vias férreas. Autor de uma série de pequenas aquarelas, que superaram uma centena, elaboradas em diversas datas, Lloyd retratou vários dos lugares por onde viajou. Entre essas imagens, há algumas que fazem referência à cidade do Rio Grande, por onde ele passou em 1873, quando fazia o trajeto marítimo entre Montevidéu e Paranaguá, a caminho de Curitiba. Reproduziu um barco sinaleiro para a navegação do canal da barra do Rio Grande, aparecendo ao fundo a Atalaia; o cais de estacada do Rio Grande, com dois grandes iates ancorados e um rebocador de rodas, e uma vista do porto do Rio Grande, com vários barcos a vela e outros a remo, além da popa de um grande navio encostado ao cais, aparecendo também os edifícios da Rua Riachuelo, inclusive o prédio do consulado britânico²⁰.

²⁰ O inglês William Lloyd (1822-1905) era renomado engenheiro, trabalhando como talem seu país, na França, na Suécia, no Chile, no Peru, no México, na Argentina, na Guatemala, nos Estados Unidos e no Brasil. Em terras brasileiras atuou como concessionário do projeto de construção da estrada de ferro entre Curitiba, no Paraná, e



Miranda, no Mato Grosso. Autor de uma série de pequenas aquarelas, que superaram uma centena, elaboradas em diversas datas, Lloyd retratou vários dos lugares por onde viajou (BARRETO, 1976, v. 2, p. 832-833).

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E
HISTORIOGRAFIA



Um dos mais importantes estudos à época realizados sobre a costa rio-grandina, foi levado à frente pelo engenheiro John Hawkshaw, comissionado pelo Governo Imperial, que visitou vários portos do Brasil, entre eles o do Rio Grande do Sul, apresentando relatórios a respeito de sua missão, editados como publicação oficial em 1875²¹. Sobre o porto rio-grandino, considerou que a principal necessidade seria melhorar a barra, se isso fosse praticável, e dessa forma obter maior profundidade de água e mais segurança para os navios que a demandassem. Declarava, porém, que seriam imensas as dificuldades sob o ponto de vista da engenharia, para utilizar o porto, o que exigiria prudência nos estudos e na escolha das soluções sugeridas²². Conforme a sua descrição, o porto do Rio Grande do Sul constava de um canal que ligava a vasta Lagoa dos Patos ao oceano e de uma parte no extremo sul da mesma lagoa, e a sua barra era obstruída por bancos de areia, que avançavam mais de três quilômetros para o mar, impondo uma série de perigos. Informava que não havia bom ancoradouro fora da barra, enquanto que, no interior, constavam quatro: um excelente, fronteiro ao farol e povoação; um na boia,

²¹ HAWKSHAW, John. *Melhoramento dos portos do Brasil – Relatórios*. Rio de Janeiro: Tipografia G. Leuzinger & Filhos, 1875. p. 54-68. O engenheiro britânico sir John Clarke Hawkshaw dedicou-se à vários projetos e descrições na conjuntura da costa brasileira, tendo, inclusive realizado relatórios sobre o melhoramento dos portos do Brasil (BARRETO, 1973, v. 1, p. 635).

²² PRADEL, Antonio. *Histórico da barra do Rio Grande*. Rio Grande: Câmara do Comércio, 1969. p. 3-4.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

onde o Canal da Barca ou de São Pedro do Sul bifurcava-se com o canal principal que seguia além de São José; um em São José, exposto ao sudoeste, e um em São Pedro, exposto ao nordeste.

Hawkshaw informava que na cidade construíra-se um cais de granito em frente à alfândega, prosseguindo a construção de outro no litoral, tendo sido praticadas algumas dragagens no Canal da Barca e em frente à cidade, uma vez que este era ainda estreito, tortuoso e de pouco fundo. Segundo o engenheiro, a principal necessidade do porto seria melhorar a barra, obtendo-se maior profundidade de água e mais segurança para os navios que a demandassem. Apontava a existência de vários relatórios sobre os melhoramentos do porto, como os projetos de Gomes Jardim e Raja Gabaglia, os quais não apresentavam plano satisfatório para melhorar a barra, limitando-se principalmente ao melhoramento dos canais interiores. Havia também o estudo de Carlos Neate, o qual não chegara a apresentar um projeto, e o de Antônio Moreira César, que projetara um porto no Canal da Mangueira, ao sul de São Pedro, o qual teria por vantagem evitar-se o Canal da Barca e proporcionar abrigo aos ventos nordeste e noroeste. A respeito desse último plano, discordava, duvidando muito que fosse prudente remover cais e porto para tão longe das casas comerciais estabelecidas em São Pedro. Citava a solução apontada pelos Viscondes de Inhaúma e Tamandaré e por Henry Law, da edificação de um porto em Torres, como alternativa às dificuldades de acesso à barra rio-grandina, bem como a ideia de Sebastião Antônio Rodrigues Braga e José Dias da Cruz Lima, que teriam proposto a construção de um caminho de ferro de Porto

Alegre a um ponto do canal entre a ilha de Santa Catarina e o continente, no intuito de atrair para aquela direção o comércio da província gaúcha. Em relação a este último o consideraria de alguma sorte adequado à solução do estabelecimento de um porto da costa rio-grandense.

Concluía o engenheiro Hawkshaw que, se o melhoramento da barra fosse praticável, seria de grande conveniência, mas que o único meio que observara para atingir esse intento era a construção de quebra-mares partindo do litoral para o oceano e dispostos de um e outro lado da barra, mas o custo de tal obra não seria inferior a dois milhões de libras, e não seria seguro que tão colossais trabalhos fossem os únicos necessários, de modo que, a partir desse altíssimo custo, não se tornava recomendável. Dessa maneira, indicava que os problemas do Canal da Barca fossem melhorados por dragagem e pelo uso de diques ou guia-correntes (*groynes*); chegou a propor a construção de um porto na Baía das Tijucas, a noroeste da ilha de Santa Catarina, compreendendo que tal empreendimento ficaria fora da província sul-rio-grandense e demasiado longe do extremo sul do Império Brasileiro, de forma que acabaria por concordar que a melhor solução seria a edificação de um porto nas Torres, uma vez que os gastos não chegariam à metade do orçamento para as obras na barra do Rio Grande, ou seja 900 mil libras.

Um outro testemunho de autoria de um estrangeiro, já nos anos oitenta, registraria algumas perspectivas acerca do litoral rio-grandino. Era o italiano Enrico Ambauer (assinava Henrique Schutel), que atuou como professor e residiu por vários anos no Rio Grande, tendo escrito *A Província do Rio Grande do*

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

*Sul: descrição e viagens*²³. Afirmava que a costa gaúcha era baixa, árida, monótona e triste, a qual o cauteloso navegante evitava se não se dirigisse ao único ponto acessível, uma vez que as correntezas, os ventos, os descuidos e as espertezas vinham dando a essa costa e ao seu porto uma reputação pouco lisonjeira, de modo que todas essas circunstâncias vinham retardando o desenvolvimento da navegação de alto bordo para a província, impedindo assim que ela tomasse rapidamente o grau de adiantamento que poderia atingir. Explicava que dificultavam a entrada da barra dois bancos que lhe obstruíam a entrada, formando-se entre eles um canal mutável segundo a direção mais longa dos ventos e correntezas. Considerava que a massa das águas que escoava pela barra do Rio Grande seria mais que suficiente para haver um canal de franca navegação, se ela não tivesse perdido o declive nos dois lagos internos e na bacia que os recebe. Apontava também que o nivelamento, que

²³ AMBAUER, Henrique Schutel. A Província do Rio Grande do Sul: descrição e viagens. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 51, 2ª parte, 1888. p. 25-33. O italiano Enrico Ambauer (1840-1899) atuou como professor de música e residiu por vários anos no Rio Grande do Sul. Sua obra constituía uma exposição sumária, abrangendo quase tão somente a zona litorânea do Rio Grande do Sul, num quadro em que a parte sul dessa zona era conhecida do autor, que teve por longos anos uma casa de música na cidade do Rio Grande; no que tange à parte norte, valeu-se de escritos anteriores, dos quais inclusive transcreveu longos trechos. Quando de sua presença na cidade do Rio Grande, chegou a organizar um projeto de colonização do município, o qual foi publicado em 1883 (BARRETO, 1973, v. 1, p. 37-38).

formava esse espraçamento das águas fluviais, paralisava algum tanto o seu curso e apenas o escoamento com diminuta força permitia a conservação desse pequeno canal da barra.

Ambauer prognosticava que seria de se desejar que, para o futuro, se encontrasse meio de aumentar a profundidade do canal, de modo que a província do Rio Grande pudesse ter a afluência de uma navegação mais desenvolvida, enriquecendo-se na grande permuta internacional. O autor elogiava o serviço de praticagem da barra, descrevendo o equipamento que se encontrava à sua disposição. Destacava que o lado oposto da bacia era o ancoradouro dos navios que entravam ou saíam à barra sem que necessitassem esperar bom vento ou profundidade das águas, havendo ali um extenso trapiche que conduzia à terra, estando logo na entrada, à direita, a repartição marítima, em cuja frente estavam os mastros de sinais, convencionados com a Atalaia. Comentava que, comercialmente, a cidade do Rio Grande deveria ser considerada como o entreposto geral, sendo o ponto para o qual convergiam tanto o comércio exterior como o interior. Descrevia ainda que a parte mais importante da cidade era o seu litoral, em linha quase reta, de leste a oeste, onde apareciam duas linhas de embarcações que corriam na mesma direção, deixando entre si um canal de poucas braças de largura, por onde transitavam as embarcações que demandavam o ancoradouro. Informava ainda que possuía a cidade uma alfândega e um excelente cais para o serviço da mesma. E conjecturava que seria fora de dúvida que a cidade do Rio Grande viria a ser uma das mais importantes das do Sul da América, quando um caminho de ferro a ligasse com a fronteira da província.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

Em época próxima, o Rio Grande seria descrito pelo naturalista norte-americano Herbert Smith²⁴, que dava uma visão panorâmica a respeito do litoral sul-riograndense, enfatizando o regime das águas, os ventos, as ondas, as correntes oceânicas, a ação das areias e os tipos de embarcação que poderiam frequentar a região. Segundo ele, o trabalho de melhorar a barra do Rio Grande limitava-se a dragagens e ao estreitamento artificial do canal, argumentando que lhe faltava competência para julgar do valor dessas obras e decidir se os obstáculos e inconvenientes eram ou não superáveis, uma vez que nem mesmo os mais distintos engenheiros estariam de acordo a esse respeito. Argumentava que não havia como duvidar que tal questão era muito séria para o comércio, pois de Santa Catarina quase até Montevideu a costa não possuía outro ponto que, mesmo por figura de retórica, se pudesse chamar porto, e os perigos da navegação eram

²⁴ SMITH, Herbert H. *Do Rio de Janeiro a Cuaibá*: notas de um naturalista. São Paulo: Melhoramentos, 1922. p. 23-27. O norte-americano Herbert H. Smith (1851-1919) era naturalista e realizou expedições a várias regiões brasileiras nas décadas de setenta e oitenta do século XIX. De suas viagens resultaria a elaboração de vários *papers*, muitos deles editados na publicação *The American Naturalist*. Em alguns desses escritos, Smith fez registros sobre o Rio Grande do Sul, onde esteve em 1882 e 1883, desenvolvendo um critério mais jornalístico do que geográfico, ainda que abordasse diversos temas com enfoque “científico” para os padrões da época. Também em sua obra sobre a viagem do Rio de Janeiro ao Mato Grosso, houve um espaço destinado ao Rio Grande do Sul, mantendo seu estilo ameno e elucidativo (BARRETO, 1976, v. 2, p. 1287-1288.).

bem visíveis nos numerosos destroços encontrados a cada canto, restos medonhos dos temidos *pampeiros* do sul e do ainda mais terrível *carpinteiro*, vento de leste, assim chamado porque juncava as areias de vigias e tábuas.

O estudioso estadunidense descrevia que, por trás das dunas, quase sem comunicação por terra, ficava uma das mais prósperas e progressistas províncias do Brasil, cujo comércio estava completamente à mercê desses trabalhadores irrequietos – os ventos e as ondas –, num quadro em que uma mudança temporária de correntes, um vento continuado, poderiam segregar o Rio Grande do comércio do mundo. Afirmava que, mesmo em circunstâncias normais, os meios de transporte andavam mutilados, já que grandes navios não podiam nunca passar a barra, e os que calavam mais de três metros eram muitas vezes expostos a demoras longas e vexatórias. Citava o exemplo de uma barca inglesa que estivera presa no Rio Grande quase um ano inteiro, de 1880 a 1881, pois durante longo tempo a barra lhe fora inabordável, até que um dia, enfim, houve água suficiente, levantando-se âncora a toda pressa, e a embarcação moveu-se, mas apenas chegou à barra, desceu a água e foi obrigada a voltar, tendo surgido o boato de que o capitão ficara doido em consequência da decepção.

Referindo-se aos projetos já elaborados, Herbert Smith declarava que, além dos vários planos de melhoramentos da barra, haveria muitos outros para abrir a província, de diversas maneiras. Citava que um seria cavar um canal navegável através da península que separava a Lagoa dos Patos do oceano, plano cujo resultado definitivo seria talvez deslocar a questão da

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

barra para a boca do canal. Destacava que outro era o de criar um porto artificial na costa e ligá-lo a Porto Alegre por meio de estrada de ferro. Relatava ainda que o mais geralmente apregoado, e provavelmente o melhor, era o de ligar Porto Alegre a Santa Catarina por meio de estrada de ferro, plano que considerava que acabaria por ser realizado mais cedo ou mais tarde. Para o naturalista, a conclusão mais certa era a de que qualquer sistema eficaz para levantar o comércio do Rio Grande do Sul haveria de envolver grande dispêndio de dinheiro, pois seria aquele um dos casos em que a economia acarretaria mais consideráveis despesas, simplesmente porque os sistemas econômicos não atingiam o fim almejado. De acordo com essa perspectiva, arrematava declarando que, se fosse possível dispor de todo o dinheiro que se vinha gastando até então para meios melhoramentos da barra, ter-se-ia recursos mais que suficientes para acabar inteiramente com os obstáculos, quer construindo uma estrada de ferro, quer abrindo um porto artificial.

Outro estudo técnico da lavra de um especialista estrangeiro foi empreendido pelo engenheiro holandês Pieter Caland que, contratado pelo Governo Imperial, em 1885, organizou relatório sobre a questão do acesso no litoral sul-rio-grandense²⁵. Ao introduzir o assunto

²⁵ O holandês Pieter Caland (1826-1902) tinha larga experiência em obras hidráulicas, sendo considerado um renomado especialista. Tendo aceito a incumbência, o Inspetor Chefe do *Waterstaat* da Holanda chegou a 15 de agosto ao Rio de Janeiro e em setembro do mesmo ano ao Rio Grande do Sul. Durante sua estada em terras sulinas, estudou o litoral rio-grandino, afirmando ter se servido de todos os meios que estavam à sua disposição, vindo a apresentar um relato de suas

em pauta, Caland destacava que para empreender sua análise fora necessário um conhecimento profundo das especificidades do local onde deveria ser empreendido o melhoramento, o que exigira observações continuadas durante um período mais ou menos longo e abrangendo uma grande série de pontos, havendo também a necessidade de um grande cabedal de experiência e de muita prudência ao mesmo ponto, a fim de se deduzir desses estudos os resultados justos, sem se deixar desviar do caminho a seguir para atingir o fim desejado. Dessa maneira, de posse dos estudos até então entabulados e depois de um exame indispensável do local, viria a elaborar seu projeto. Diante da proposta de trabalho, o especialista passava a arrolar suas observações advindas do estudo da barra, envolvendo temas como a ação dos ventos e das correntes, as mudanças contínuas de posição, a constante agravação da situação e o caráter da barra naquele preciso momento, chegando a prever que o difícil estado de coisas, em vez de melhorar, tendia a agravar-se no futuro.

Estabelecidas as premissas iniciais, o engenheiro holandês passava a apontar os quesitos técnicos de suas conclusões. No que tange à questão da direção dos molhes, considerava que ela teria como consequência

considerações, manifestando a esperança de que seu trabalho pudesse contribuir de algum modo para a solução da importante questão de que tratara e, conseqüentemente, para o bem-estar do país. CALAND, Pieter. *Amélioration de la Barre de Rio Grande do Sul – Brésil: rapport présenté au Gouvernement Brésilien*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 5-48; e BARRETO, 1973, v. 1, p. 252-253.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

subtrair o novo canal à ação dos ventos reinantes, o que exerceria influência salutar sobre o livre exercício das correntes no canal e facilitaria a navegação, de modo que as obras de arte tendo por fim concentrar as correntes nessa direção teriam de ser dois molhes ligados à praia e avançando para o mar, por cima das cristas dos bancos, até uma certa profundidade fora da barra. Quanto à extensão dos molhes, de acordo com as profundidades do momento, deveriam ter por comprimento 4.960 metros para o de oeste e 3.350 metros o de leste. No que se refere à construção dos molhes, chamava atenção para o terreno formado por areia excessivamente fina, de modo que seria indispensável o emprego de materiais de peso considerável como blocos de pedra de maior ou menor dimensão, que também pudessem resistir ao embate das ondas. Para a fixação desses blocos, indicava a colocação de uma ou várias camadas de obras de faxina, além de estacadas. O perfil transversal dos molhes e a formação do novo canal também foram temas abordados no relatório do especialista.

Conclusivamente, o engenheiro Caland argumentava que os resultados a serem obtidos da execução das obras poderiam assegurar um futuro dos mais belos à província meridional do Império, de modo que o novo porto seria o centro comercial de uma vasta região que em seu clima benigno e em seu solo fértil continha os elementos necessários ao desenvolvimento de uma população numerosa e, ao mesmo tempo, lucrariam as forças da nação e a independência do Estado ficaria mais garantida, pela posse de um porto militar de primeira ordem, em seus extremos confins sulinos. Finalmente, no que tange ao tempo para a execução das obras, o especialista destacava quão difícil

seria a sua execução, exigindo do pessoal encarregado todos os cuidados, toda a perseverança e uma energia mais do que ordinária. Acreditava que os trabalhos começariam lentamente, mas que, com o passar do tempo, a experiência promoveria a otimização de prazos. Apesar dessa perspectiva otimista, acreditava que a conclusão das obras não se daria em período menor do que dez anos, apontando para a enorme dificuldade na fixação de limite cronológico nos trabalhos dessa natureza. Mais uma vez declarando uma expectativa positiva, o especialista arrematava seu relato declarando que se houvesse resistência às dificuldades e às contrariedades que haveriam de surgir durante a execução e se fosse sempre mantida a calma, a energia e as forças necessárias para fazer frente às contrariedades, o bom êxito não poderia ser duvidoso e, desse modo, seria erigido um monumento atestando o vigor com que a nação brasileira teria sabido desenvolver quando se tratava do progresso e da prosperidade do país.

Aproximavam-se os estertores do século XIX e parecia que, finalmente, achara-se a solução para resolver a “magna questão” do acesso marítimo, entretanto, apesar do projeto estar elaborado, a sua concretização só viria a dar-se na segunda década da centúria seguinte. Ao longo dos oitocentos foram muitos os relatos entabulados por cronistas estrangeiros que visitaram ou permaneceram no Rio Grande do Sul e tiveram um contato verdadeiramente epidérmico com a “barra diabólica”. Como porta de entrada da capitânia/província e depois estado, a cidade do Rio Grande era passagem praticamente inevitável para todos que adentravam às terras sulinas e, por conseguinte, tinham de enfrentar as provações da transposição

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

daquela via de acesso. Ainda em suas embarcações, os viajantes pressentiam as dificuldades, chegando a qualificar a região como uma das mais perigosas do mundo em termos de navegação, mais do que justificando o apelido demoníaco que recebeu a barra.

As memórias emanadas dos escritos dos cronistas estrangeiros estabeleceram uma perspectiva significativamente diferenciada em relação à maioria das demais fontes, exatamente pela peculiaridade do testemunho pessoal e, normalmente, presencial que o escritor pode repassar às suas narrativas. Páginas aos milhares de textos e algumas imagens bem mais esparsas permitiram a reconstrução de uma sociedade, mormente a do século XIX, rica em detalhes normalmente ausentes em outros tipos de documentação. A vila/cidade do Rio Grande era um ponto de partida e chegada praticamente obrigatório aos visitantes das terras meridionais do Brasil, de modo que as passagens sobre a localidade constituem uma considerável recorrência naquele tipo de trabalho. Entre as descrições acerca da urbe marítima, a barra e o porto constituíam atores presentes na maior parte dos cenários criados pelos cronistas, de modo que a luta do homem contra o meio, as reações que foram do receio ao pavor diante da barra, as causas das dificuldades de acesso e as sugestões de possíveis soluções e as potencialidades comerciais do porto rio-grandino foram apenas algumas das percepções mais comuns das narrativas de estrangeiros entabuladas acerca da terra e da gente rio-grandense²⁶.

²⁶ ALVES, 2007, p. 53-54.

Foram muitas as profissões, entre as quais naturalistas, comerciantes, militares, diplomatas, agenciadores, médicos, navegadores, escritores, engenheiros e professores, e tantas outras nacionalidades, como britânicos, franceses, alemães, suíços, belgas, austríacos, italianos, holandeses e norte-americanos, entre tantos outros, daqueles cronistas que se dedicaram a escrever sobre o Rio Grande do Sul e um de seus temas mais latentes, concernente ao acesso marítimo. Visões curiosas, pragmáticas e/ou analíticas; observações apressadas ou estudos científicos meticulosos; manifestações de ampla afinidade e simpatia ou de antipatia e repulsa; identidade e assimilação dos hábitos e costumes ou preconceito e apriorismo; as reações e percepções dos visitantes foram as mais variadas, mas no que tange à “barra diabólica”, havia praticamente uma unanimidade. Assim como as embarcações vagueavam para transpô-la, fosse na entrada ou na saída da comuna portuária, as sensações dos navegantes normalmente variavam entre o rápido sobressalto, passando pelo medo em seus vários matizes e chegando ao terror profundo. O olhar estrangeiro serviria também para apontar tais mazelas, contribuindo a seu modo com uma incessante e secular luta em busca da consolidação do porto do Rio Grande²⁷.

²⁷ Artigo ampliado a partir do publicado em: *Historiæ*, Rio Grande, v. 4, n. 1: 9-35, 2013.

Alfredo Ferreira Rodrigues e uma *Notícia histórica e descritiva do Rio Grande do Sul*

Na virada do século XIX para o XX, a figura do historiador era ainda pouco definida no contexto gaúcho, havia, isto sim, alguns intelectuais que, ligados à cultura como um todo, numa visão bastante generalista, se dedicavam a resgatar alguns episódios do passado nacional, regional e local. Tal intelectualidade estava fortemente atrelada a uma história vinculada, primordialmente, ao levantamento dos fatos, reproduzindo um modelo pelo qual a história é movida pelas individualidades, ou seja, os líderes, os heróis, os mitos que, através de suas ações, moldavam os destinos das comunidades humanas.

Nessa época, os acontecimentos eram os elementos marcantes da construção historiográfica, demarcando-se de forma estritamente cronológica a evolução das sociedades, sem qualquer preocupação com a história-processo. Os trabalhos eram demarcados pela narração descritiva, sem maior espaço, às vezes nenhum, para uma interpretação analítica dos fundamentos históricos das questões abordadas, além do que, as opiniões e posições do autor diante do fato abordado eram praticamente vetadas. Fazer história nesse momento significava, acima de tudo, apontar para os episódios do passado, fazendo com que os mesmos servissem como lições para o presente, devendo-se,

portanto, seguir os exemplos dados pelos antepassados, mormente no que tange às demonstrações patrióticas e de abnegação diante do valor maior que era a nação.

Esse estilo de fazer história é característico dessa fase dos primórdios da estruturação da figura do historiador, mas iria demarcar profundamente e por longo tempo as formas de pesquisar e escrever a história no Rio Grande do Sul. Apesar de seus limites, condicionados pelo contexto histórico e historiográfico de então, a história elaborada em princípios do século XX, na conjuntura rio-grandense, teve um papel significativo para a reconstrução histórica acerca da formação gaúcha, especialmente no que tange ao arrolamento de dados e ao levantamento de fontes, fundamentais para as futuras gerações de historiadores.

Nesse quadro, esteve inserida a figura do escritor rio-grandino Alfredo Ferreira Rodrigues (1865-1942). Pesquisador, ensaísta, historiador, cronista, literato, jornalista, biógrafo, tradutor, folclorista, charadista, poeta e professor, Ferreira Rodrigues representou a contento o homem de cultura de seu tempo. Atuando vários anos junto à Livraria Americana, o historiador rio-grandino foi o fundador do *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, publicação que se destinava à divulgação cultural, literária e ao entretenimento do público leitor, servindo à difusão da leitura junto a população, bem como foi membro de algumas das mais importantes instituições culturais da época, como a Academia Rio-Grandense de Letras, o Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

O reconhecimento de Alfredo Ferreira Rodrigues como um homem de letras não se limitaria ao Rio

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

Grande do Sul, tendo pertencido também a instituições históricas e geográficas brasileiras, em São Paulo, em Pernambuco, na Bahia, no Ceará e estrangeiras, como na cidade de Lisboa. A produção histórica de Ferreira Rodrigues foi direcionada mais diretamente ao estudo da história regional, elaborando um grande número de ensaios, artigos e livros versando sobre a formação histórica gaúcha. O norte da carreira do historiador, nesse contexto, foi a Revolução Farroupilha, verdadeira paixão que despertava a admiração e quase a idolatria de Rodrigues para com os homens e os feitos de 1835-1845. Na faina de reconstruir a história rio-grandense, a maior das preocupações de Ferreira Rodrigues esteve ligada à coleta de documentos, os quais procurou, investigou, copiou e colecionou à exaustão, reunindo um acervo significativo para uma melhor compreensão da história rio-grandense-do-sul²⁸.

²⁸ Texto introdutório elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. Documentos de um historiador rio-grandino: a Coleção Alfredo Ferreira Rodrigues no acervo da Biblioteca Rio-Grandense (levantamento parcial de fontes). In: ALVES, F.N. (org.). *Historiadores rio-grandinos*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 11-14.; ALVES, Francisco das Neves. Alfredo Ferreira Rodrigues e a “paz honrosa” de 1845. In: ALVES, F.N. (org.). *Historiadores rio-grandinos*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 47-58.; ALVES, Francisco das Neves. O primeiro patrono da Feira do Livro da FURG. In: ALVES, F. N. (org.). *Feira do Livro da FURG: 30 edições a serviço da cultura*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2003. p. 23-57.; e ALVES, Francisco das Neves. A gênese do mito da Revolução Farroupilha: a construção discursiva de um historiador rio-grandense. In: *Anais da XXII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 2002. p. 287-294. Ainda a respeito de Alfredo Ferreira Rodrigues,

A atuação de Alfredo Ferreira Rodrigues se intensificaria entre os últimos anos do século XIX e os primeiros da centúria seguinte. Nesse contexto, ele escreveu sobre os mais variados temas, com a preponderância para a história gaúcha. Um desses trabalhos veio a público em 1896, e chamava-se *Notícia histórica e descritiva do Estado do Rio Grande do Sul*²⁹, no qual o autor buscava dar um enfoque mais direcionado à estatística, à história e à geografia sul-rio-grandenses. De acordo com o caráter “descritivo” que o escritor intentava dar ao livreto, o texto do mesmo aparece subdividido em rubricas, cada qual com algumas asserções explicativas. Assim, são apresentados como subcapítulos, a situação geográfica, os limites, a linha

ver: LISBOA, Cátia Rejane Machado. Alfredo Ferreira Rodrigues: o historiador e a Revolução Farroupilha. In: ALVES, F. N. (org.). *Historiadores rio-grandinos*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 35-46.; MARIANTE, Hélio Moro. *Alfredo Ferreira Rodrigues*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1982.; MARIANTE, Hélio Moro. Perfil de Alfredo Ferreira Rodrigues. In: RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Vultos e fatos da Revolução Farroupilha*. Brasília: Imprensa Nacional, 1990. p. 14.; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Instituto Estadual do Livro, 1978. p. 495-7.; VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores*. Porto Alegre: “A Nação”/Instituto Estadual do Livro, 1974. p. 432-6.; e ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Inventário da Coleção Ferreira Rodrigues*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.

²⁹ RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Notícia histórica e descritiva do Estado do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Livraria Americana, 1896. Doravante, todas as citações são referentes à citada obra.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

divisória, a configuração, a extensão, a superfície, os territórios anexados, a história, o governo, a justiça, a religião, a instrução, a “civilização”, o “caráter” e a “índole” do povo, as línguas, o clima, as estações, a população, a imigração, as raças, a criação de gado, a agricultura e a indústria.

As referências à formação histórica rio-grandense se localizam mais especificamente em alguns dos tópicos destacados por Ferreira Rodrigues, caso de “territórios anexados”, rubrica na qual o autor citava as motivações estratégicas que demarcaram a gênese da ocupação das terras gaúchas, explicando que a primitiva ocupação do Rio Grande do Sul pelos portugueses, limitou-se ao litoral, onde se estabeleceram postos militares para resistir às contínuas incursões dos espanhóis e, só mais tarde, o processo de colonização se estenderia, paulatinamente, para o interior. O escritor rio-grandino fez referência ainda aos tratados de Madri, El Pardo e Santo Ildefonso, bem como à invasão espanhola, à guerra de 1801, com a incorporação das Missões e à anexação e perda da Província Cisplatina, até a delimitação estabelecida com o Uruguai, em 1851, acerca dos limites extremo-meridionais brasileiros, como momentos cruciais para a formação do território rio-grandense-do-sul.

Ao abordar especificamente a história gaúcha, Rodrigues, deteve maior atenção no enfoque político-administrativo e militar da formação rio-grandense. Destacou o autor que o território gaúcho não chegou a estar incluso na divisão administrativa em capitanias do período colonial, de modo que, nas primeiras concessões de terras, a corte de Lisboa “não compreendeu os territórios do Rio Grande”. Segundo o historiador, as

costas gaúchas custaram mais a ser avistadas pelos exploradores europeus, já que as mesmas eram “em extremo baixas”, dificilmente distinguindo-se do alto mar, somando-se o fato de que “a constante rebentação trazia sempre os navegantes afastados dela”. Como marcos da evolução histórica rio-grandense à época colonial, Ferreira Rodrigues destacava a formação dos Sete Povos das Missões, apontando para o “famoso governo teocrático dos jesuítas na América”, a fundação da Colônia do Sacramento, a criação do povoado do Rio Grande, a Guerra Guaranítica, a invasão espanhola e o movimento da reconquista e a campanha das Missões.

Uma das principais abordagens de Alfredo Ferreira Rodrigues esteve vinculada ao “caráter guerreiro” na formação da população rio-grandense. Além dos já citados movimentos bélicos, o autor explicava que não era dado “ao Rio Grande gozar por muito tempo de paz”, referindo-se às campanhas de 1811-1812 e 1816-1820, no Estado Oriental, lutas as quais “obrigaram” o Rio Grande do Sul a “constantes sacrifícios”. Essa ênfase a um grande contingente de rio-grandenses nos exércitos brasileiros, revelando o “esforço” humano e material dos gaúchos na sustentação dos conflitos platinos, já anunciava o engajamento que o autor teria ao explicar os fatores promotores da Revolução Farroupilha, quer seja, os “sacrifícios” dos sul-rio-grandenses pela “causa” brasileira. Rodrigues destacou ainda que a independência contou com a “imediate adesão” dos rio-grandenses ao “movimento nacional”, tendo, em seguida, de envolver-se em mais um confronto bélico no Prata, com a guerra que levaria à emancipação do Uruguai.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

A Revolução Farroupilha, movimento que contava com a mais ampla admiração de Alfredo Ferreira, constituindo-se em ponto de fixação e atenção máxima na coleta de documentos e de informações e na elaboração de textos, também ocupou espaço significativo na rubrica “história” da *Notícia histórica e descritiva*. Após a guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, o autor explicava que, mais uma vez, não fora duradoura a paz, destacando que em setembro de 1835 rebentara na província a revolução contra o presidente Fernandes Braga, que, “por sua violência, se incompatibilizara com o espírito liberal da população”. Quanto a este evento, é digna de atenção a forma de abordagem do escritor, o qual incorporava o “espírito” das lideranças revolucionárias, as quais defendiam o “direito à revolução dos povos”, ou seja, o direito de lutar contra os mau governantes; além disso, Rodrigues já apresentava outras de suas ideias quanto ao caráter moderado do movimento farroupilha, sem dar maior ênfase à ruptura institucional. Finalmente, o historiador também assumia a “fala” dos líderes rebeldes ao explicar que a administração emanada do governo central não estava de acordo com o “espírito liberal” da população rio-grandense, quando, em verdade, os insatisfeitos eram os representantes da elite gaúcha, os quais, por sua vez, metabolizaram os preceitos liberais, adaptando-os e transformando-os, de acordo com as suas conveniências.

Rodrigues sustentava também que os farrapos só intensificaram a revolta, como uma “última alternativa”, tendo em vista o incremento à pressão promovida pelo governo central. De acordo com ele, “o governo, em vez de conciliar os ânimos, procurou sufocar o movimento pela força”, atitude que viria a “provocar terrível reação

no Rio Grande, causando a guerra civil". A narração de Alfredo Ferreira sobre a Revolução de 1835-1845 concentrou-se no destaque às atitudes individuais dos líderes revolucionários, com ênfase para Bento Gonçalves – figura de enorme admiração de parte do autor, dedicando-lhe, ao longo de sua carreira, uma série de estudos. Algumas das campanhas militares no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina foram abordadas pelo escritor, culminando com a assinatura da pacificação, em Ponche Verde, sustentando o historiador a premissa da “paz honrosa”, uma vez que, obtiveram os revolucionários “as mais honrosas condições” para concordar com o fim do conflito. Quanto a esse aspecto, Rodrigues não fez qualquer menção ao fato de que o espírito de conciliação que desencadeou a paz no Rio Grande do Sul não serviu para contemplar qualquer das reivindicações estruturais movidas pelos rio-grandenses, sendo atendidos, isto sim, em exigências circunstanciais, mormente aquelas ligadas às necessidades de reconstrução da província.

Terminada a guerra civil, o autor continuava apontando para os demais conflitos externos nos quais o Brasil envolveu-se, destacando a campanha contra Oribe e Rosas, afirmando que, na mesma, o “Rio Grande contribuiu com numeroso contingente de tropas”; e a “guerra provocada pelo governo do Paraguai”, numa “luta sustentada com enormes sacrifícios em país longínquo, totalmente desconhecido, de clima mortífero”, e na qual, mais uma vez, “o Rio Grande, de todas as províncias do Império, foi a que contribuiu com o maior número de combatentes”. Ao destacar a importância da participação gaúcha nas diversas questões platinas, Rodrigues não chegou a referir-se à

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

circunstância de que, muitas vezes, foram os próprios interesses da aristocracia rio-grandense que levaram à deflagração dessas guerras, mormente as seguidas intervenções no território oriental. Deixando de lado esse jogo de interesses, o escritor preferia chamar atenção para a “profissão de fé patriótica” dos sul-rio-grandenses em nome da nação brasileira.

O período de paz que se seguiu à Farroupilha, correspondendo à fase de estabilidade político-econômica nacional, foi apontado por Ferreira Rodrigues como fundamental para o Rio Grande do Sul, o qual, nessa época, tornou-se “uma das províncias mais ricas, mais prósperas e de maior movimento intelectual do império”. Sobre a transição da Monarquia para a República e o complexo quadro político-partidário sul-rio-grandense, culminando com a deflagração de mais uma guerra civil – esta muitas vezes esquecida pela historiografia oficial –, Rodrigues buscava manter uma certa imparcialidade diante dos espíritos ainda bastante acirrados no momento da publicação de seu livreto. Em favor dos castilhistas, o autor buscava explicar que a forma republicana “veio encontrar os ânimos favoravelmente predispostos”, pois, “em parte alguma do Brasil se havia feito tão grande propaganda pela república como no Rio Grande”. Nesse sentido, Rodrigues não se referia ao caráter tardio do movimento republicano gaúcho, nem ao fato de que este optara por um viés político radical e exclusivista, sem consonância com o espírito razoavelmente conciliatório que reinou em outras regiões do Brasil. Já a respeito dos rebeldes, o escritor explanava que “os revolucionários resistiram denodadamente dois anos e meio às forças estaduais e federais concentradas no Rio Grande”. Isentando-se de

fazer qualquer juízo quanto a méritos ou culpas, diante do conturbado período recentemente vivido no Rio Grande do Sul, Alfredo Ferreira limitou-se a narrar alguns dos acontecimentos militares desencadeados durante o conflito, sem apontar vencidos ou vencedores e, muito menos, para o conteúdo de violência marcante durante a Revolução Federalista.

Nessa linha, a nova guerra civil na qual se envolvera o Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895 era encarada pelo autor como mais um dos eventos que caracterizavam a vida militarizada dos rio-grandenses-do-sul. Sem analisar que grupo seria detentor da razão, Rodrigues explicava que, “infelizmente” a república não trouxera a paz, uma vez que “a dissensão dos antigos partidos e a pouca tolerância dos governos, que se sucediam uns aos outros com intervalos de poucos meses, desorganizaram todos os serviços administrativos, excitando em extremo os ânimos”. Apesar de não tomar partido diante dos fatos, de certo modo, Alfredo Ferreira não seguia nem o oficialismo – pelo qual prevalecia a visão dos vencedores – nem o partidarismo – que defendia abertamente a posição de um ou de outro dos lados em conflito –, condenando a guerra, mas buscando não apontar diretamente um dos grupos beligerantes como único responsável pela deflagração da luta. Ao invés de adotar um posição diante do confronto, Rodrigues optou por destacar os malefícios que a guerra civil trouxera ao Rio Grande do Sul³⁰.

³⁰ Já sob a rubrica “criação de gados”, o autor narrava que “a última guerra civil, de 1893 a 1895, arrasou quase por completo as estâncias, sobretudo na fronteira do sul, não só

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

Ainda que não se deixasse levar totalmente pelo oficialismo predominante nas construções historiográficas de então, Ferreira Rodrigues, ao referir-se à rubrica “governo”, demonstrou uma certa aceitação do *status quo* político de então, apontando como características normais a concentração de poderes nas mãos do presidente do Estado, atuando com funções tanto executivas quanto legislativas, restando apenas o caráter de análise orçamentária à Assembléia de Representantes, bem como a influência exercida por aquela autoridade junto do Poder Judiciário, apesar do mesmo ser apontado como “independente e autônomo”. Nesse sentido, não foi intento de Rodrigues tecer qualquer tipo de crítica ao modelo político-administrativo bem como ao aparelho eleitoral, burocrático e militar entabulado pelo governo, no sentido de garantir a perpetuação dos castilhistas no poder. As circunstâncias políticas, junto ao caráter autoritário-repressivo que marcava as práticas das autoridades públicas de então não deixavam maior espaço para reflexões que, porventura, viessem a questionar o regime então vigente. Ainda assim, o escritor rio-grandino não se furtou a estabelecer uma forte censura ao abordar a estrutura educacional do Rio

com o extermínio bárbaro dos gados, como também com a destruição das cercas de arame (*alambrados*), para dar passagem às forças em operações e para fazer lenha. Há hoje léguas e léguas de campo que estão imprestáveis, pois não há uma cerca em pé. Muitos estancieiros arruinados não têm como restabelecê-las, nem como reparar seus campos, completamente desertos”.

Grande do Sul da época, considerando-a extremamente carente e insuficiente³¹.

Como um ardoroso defensor da propagação cultural e do aprimoramento das letras no estado, Rodrigues considerava fundamentalmente necessário que a instrução se espraiasse pelo território gaúcho, julgando que a mesma estava “pouco espalhada”. Já no que tange ao ensino secundário, o autor opinava que o mesmo se encontrava melhor organizado, “sem ter contudo chegado a um grau notável de desenvolvimento”, destacando algumas das escolas

³¹ Alfredo Ferreira Rodrigues, acerca da educação no Rio Grande do Sul, afirmava: “Tomando a população do recenseamento de 1890, há uma escola para cerca de 1.400 habitantes, o que é muito pouco. Acresce que a frequência da maioria delas é diminuta e muito irregular. O ensino está mal organizado e nem mesmo nas três cidades principais há uma escola pública que preencha devidamente os seus fins. Cada escola tem apenas um professor e este, por mais que se esforce, dificilmente poderá ensinar alguma coisa a 50, 80 ou 100 crianças, na impossibilidade de dividir o tempo para atender a todas as classes. Não há escolas de diversos graus, de modo que os alunos de um professor passem no ano seguinte para um curso mais elevado de professor diferente. Na mesma aula se aprende tudo e todos os anos. Deste modo, sem subdivisão do ensino, os resultados obtidos são pouco lisonjeiros. É desanimadora a porcentagem de analfabetos fornecida pela estatística de 1890, ainda mesmo nas localidades em que ela é menor. A média é de 72,06% para todo o estado, porém há localidades em que essa proporção chega aos números quase inacreditáveis de 84, 85 e 86%. (...) A maior parte dos mestres-escolas das pequenas localidades não tiveram curso algum, são simplesmente contratados e de habilitações às vezes muito medíocres”.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

existentes nas principais cidades gaúchas de então. Ainda no que diz respeito à cultura, Alfredo Ferreira também fez questão de chamar atenção para as “numerosas bibliotecas de sociedades particulares” presentes no Rio Grande do Sul, apontando para a de Porto Alegre, com mais de sete mil volumes, a de Pelotas, com cerca de doze mil e “um riquíssimo edifício próprio” e a da cidade do Rio Grande, com “perto” de quatorze mil volumes. Concluindo suas apreciações sobre o ensino, o historiador suavizava suas críticas, afirmando que, “apesar de não estar difundida no estado a instrução popular”, o rio-grandense não poderia ser considerado “um povo atrasado”, havendo, isto sim, segundo a sua concepção, “uma distribuição muito desigual de instrução”.

No item “civilização, caráter e índole do povo”, Ferreira Rodrigues fez várias incursões aos hábitos, usos e costumes dos sul-rio-grandenses, os quais, pela constante reprodução, viriam a ser cristalizados como típicos do “gaúcho” rio-grandense – diferente do *gaucho* platino –, transformando-se em verdadeiros conceitos utilizados pela historiografia oficial, bem como pelos movimentos de cunho regionalista/tradicionalista. Um desses conceitos está vinculado à visão do gaúcho como o *centauro dos pampas*, ou seja, o homem de coragem e arrojo na defesa das fronteiras brasileiras. Segundo o autor, o cavalo, para o rio-grandense, mais do que necessário, era indispensável, pois, “em sua vida quase nômade, de estância em estância, estava obrigado a percorrer enormes distâncias em lugares quase despovoados”, de modo que, o “*campeiro*, privado do cavalo, ficaria sem meios de ação”. Rodrigues chamava atenção para a “agilidade extraordinária”, o “garbo sem

igual", a "audácia incrível" e a "resistência a toda prova" do "cavalariano rio-grandense", o qual fazia "proezas" que espantavam, não havendo "cavalo por mais indomável que lhe resista", sendo "em pouco tempo subjugado", entregando-se vencido, depois do que o *gaúcho* fazia dele o que queria.

Ainda a esse respeito, Alfredo Ferreira Rodrigues destacava que "o manejo constante do cavalo" fazia dos gaúchos "verdadeiros centauros". Apontava o autor também para mais alguns daqueles conceitos, ao chamar atenção para a "hospitalidade", a "honestidade" e a "força" do gaúcho, afirmando que "o rio-grandense, sobretudo o da campanha, que representa o verdadeiro tipo nacional" era "franco, leal, hospitaleiro em extremo, afável, frugal, atilado, valente e robusto". Também sobre os habitantes do Rio Grande do Sul, relevava que os *campeiros* eram "homens de uma construção excepcional", estando "afeitos aos mais rudes labores" e sendo "capazes dos maiores excessos, como se fossem a coisa mais natural do mundo". Dava ênfase também para a "proverbial frugalidade" dos gaúchos, bastando "para a sua alimentação um pouco de mate e um *churrasco*. O caráter militarista da formação histórica rio-grandense era mais uma vez abordado, em suas consequências para a construção da sociedade gaúcha, explicando o escritor que "nas suas lutas civis e nas guerras com o estrangeiro, o rio-grandense revelou-se sempre soldado valente e sofredor de todas as privações e fadigas". Uma nota dissonante nesse quadro de "galhardia" pintado acerca dos rio-grandenses-do-sul era a violência empregada por alguns deles. Ainda que não fizesse uma referência direta aos recentes acontecimentos durante a Revolução Federalista, torna-

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

se observável que Ferreira Rodrigues estava influenciado pelos fatos recém-desencadeados, ainda assim, o historiador revelava um espírito até certo ponto elitista, ao buscar esclarecer que as violências praticadas no Rio Grande do Sul teriam advindo de classes sociais mais subalternas³².

Ferreira Rodrigues buscou descrever também a indumentária que seria a “típica” dos gaúchos, referindo-se às bombachas, ao poncho, ao pala, ao lenço e ao chapéu, bem como aos utensílios como a espada, os arreios, as armas, o laço e as *bolas*. Sobre as línguas praticadas no sul, destacava aquelas faladas nas zonas de colonização, mas explicava o predomínio da língua portuguesa, sobre a qual estabelecia a análise de que a mesma estava “sensivelmente modificada pela influência do clima, que suavizou a pronúncia e pela proximidade e trato constante com as repúblicas espanholas do Rio da Prata”, do que teria resultado “um

³² Sobre esse aspecto, o escritor rio-grandino explanava que “a nota discordante das belas qualidades do *gaúcho* é o espírito sanguinário, infelizmente comum no interior em certas classes. Acostumados a lidar com o boi desde pequenos, a ver correr com indiferença o sangue nos enormes matadouros das charqueadas, com facilidade endurecem-se os corações. Daí à prática do homicídio, muitas vezes, pouca distância vai. Em todas as guerras civis, esse espírito sanguinário, incitado pelo ódio de partido e mais ainda pela sede de vingança, mais se acentuou, dando lugar a horrores sem nome, a barbaridade de toda a sorte, que tocam as raías da selvageria. Para honra dos *gaúchos*, esses fatos são exceções, pois que a maioria da população repele tais excessos, infelizmente consequências naturais do meio, porém não vício da educação e muito menos da índole do povo”.

vocabulário especial e riquíssimo”. Concluía o autor que o “rio-grandense falava um quase dialeto, em muitos pontos ininteligível para os filhos dos outros estados e para o português”, conjecturando ainda que fosse “talvez em todo o Brasil o Rio Grande o estado em que a língua se modificou mais profundamente”, tendendo “a modificar-se mais”, refletindo-se em tal impressão o exacerbado federalismo então predominante, bem como a compreensão do escritor para algumas das singularidades que marcavam historicamente a vida rio-grandense.

Sobre a sociedade gaúcha, Rodrigues fez ainda referência à evolução demográfica e à distribuição da população – embora não reconhecesse os levantamentos censitários de então como confiáveis³³ – bem como à imigração e às “raças” existentes no estado, apontando

³³ Acerca dos censos da época, o autor afirmava: “Não se pode fazer um cômputo exato da população do Rio Grande. Os recenseamentos feitos com largos intervalos não inspiram confiança, quer pelo modo irregular por que foram feitos, quer pela relutância do povo em prestar informações precisas. Além disso, a apuração total ressentia-se dos mesmos vícios. Leva anos a fazer e, quando se chega a saber o resultado, já há uma diferença enorme”. A respeito do último censo efetuado, em 1890, explicava que seu resultado “está muito longe da verdade, pelas irregularidades que se deram no recenseamento. Nas cidades, houve quarteirões inteiros em que não foram distribuídas ou recolhidas as listas. No campo, ainda maiores foram as lacunas. Em lugares onde as casas distavam léguas e léguas umas das outras, os encarregados do serviço não se deram ao trabalho de percorrer tão dilatadas distâncias, calculando o número de moradores por estimativa ou suprimindo-o por completo”.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

para o predomínio dos “caucasianos”, uma vez que o “elemento africano” e os índios teriam quase que desaparecido do cenário populacional rio-grandense. Quanto a esses dados sociais, bem como em relação ao clima e as estações do ano e, mormente, no que tange aos aspectos econômicos, como a pecuária, a agricultura e a indústria, Alfredo Ferreira apresentava certas sugestões quanto a possibilidades de melhorias e diversificações na produção, e também arrolava relevantes dados numéricos os quais significam um importante manancial de informações sobre a sociedade sul-rio-grandense de então em variados elementos constitutivos de suas vivências.

Assim, ao publicar sua *Notícia histórica e descritiva do Estado do Rio Grande do Sul*, Alfredo Ferreira Rodrigues apresentava alguns dos dados obtidos a partir de copiosa pesquisa realizada em arquivos e bibliotecas, bem como através de uma verdadeira teia de inter-relações montada pelo autor a partir de um grande número de correspondências travadas com os mais longínquos pontos de todo o estado – bem como em diversos lugares do Brasil e do exterior. Além do significado das informações apresentadas, fundamentais às pesquisas sobre o Rio Grande do Sul da virada do século XIX para o XX, Ferreira Rodrigues trazia a público algumas de suas ideias sobre a formação histórica e social sul-rio-grandense que em muitos pontos marcariam a produção historiográfica entabulada nos anos seguintes. Mitos, heróis e conceitos estabelecidos sobre o “povo” e a “terra” rio-grandenses, aprofundados ao longo da profícua obra do historiador, já estão presentes na *Notícia histórica e descritiva* – apesar do caráter essencialmente informativo anunciado para a

obra -, vindo os mesmos a constituir influências indelévels nos discursos futuramente emitidos no cenário historiográfico rio-grandense-do-sul³⁴.

³⁴ Publicado originalmente em: *Biblos*, Rio Grande, v.16, p. 97-106, 2004.

O enaltecimento da Farroupilha versus o esquecimento da Federalista: um estudo de caso historiográfico

A derrocada do modelo vigente ao longo de boa parte da República Velha traria consigo uma rearticulação do poder no Estado Nacional Brasileiro, a partir de uma nova aliança entre as oligarquias centrais e as periféricas, culminando no processo histórico do qual se originaria a Revolução de 1930. Nesse quadro, o Rio Grande do Sul exerceria significativo papel, e, do novo status do estado nos rumos da política nacional, adviria a construção de um discurso historiográfico que viria a ser predominante durante significativa parte da vida gaúcha, exercendo influências que se fazem sentir até os dias contemporâneos. Tratava-se de construir a imagem de um Rio Grande do Sul completamente integrado à comunhão brasileira, articulado com o todo, vencendo-se algumas das visões então vigentes que insistiam em ver o estado sulino como diferente, e, por vezes, até separatista em relação ao todo brasileiro. O nacionalismo, marca registrada da Era Vargas, pressupunha uma nação reunida em torno de um projeto que não poderia deixar espaço para arestas que permitissem transparecer as notórias disparidades regionais do país.

O projeto político nacionalista teria na história um elemento legitimador de natureza “científica”, de modo que foi entabulado por uma série de historiadores um discurso que supervalorizava o caráter nacional do Rio Grande do Sul, menoscabando qualquer tipo de influência estrangeira, mormente platina, na formação gaúcha. Ainda que se incorresse muitas vezes em verdadeira alquimia discursiva para justificar certas premissas, construiu-se uma historiografia que, pelos níveis de apoios institucionais recebidos, assumiria um caráter de oficial e moldaria axiomas que passariam a ser encarados como verdades inquestionáveis. Nesse contexto, a Revolução Farroupilha ocuparia uma posição primordial nas abordagens históricas, estabelecendo-se um estereótipo de nacionalidade ao movimento, negando seu caráter separatista e a interpenetração das influências platinas, surgindo a imagem do mais importante momento da história gaúcha, símbolo da brasilidade dos sul-rio-grandenses. No mesmo plano, o tratamento dado à Revolução Federalista seria muito diferente, de modo que aqueles historiadores passavam a encarar essa rebelião como um mau exemplo, um conflito fratricida, eivado de violências e não alinhado com o modelo da “heróica” revolução gaúcha, passando a guerra civil de 1893 a ser negligenciada e a sofrer fortes preconceitos, dos quais redundaria um certo esquecimento do evento histórico. Um dos autores que contribuiu decisivamente para essas versões acerca da Farroupilha e da Federalista foi Emílio Fernandes de Souza Docca, cuja abordagem desses confrontos bélicos, respectivamente, em duas de suas obras – *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha* (1935) e *História do Rio*

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

Grande do Sul (1954), constitui o objeto de pesquisa deste trabalho.

Revoluções e historiografia

A partir da década de vinte, afirmando-se no decênio seguinte, desenvolveu-se uma construção discursiva no campo historiográfico que seria marcante para o conjunto da produção intelectual de cunho histórico no Rio Grande do Sul. Essa historiografia refletia as transformações que passavam a caracterizar o cenário nacional, com a mudança de alguns dos protagonistas, mormente a partir da Revolução de 1930. O fato de o Rio Grande do Sul passar progressivamente a ocupar uma posição de destaque na vida política brasileira levou uma significativa parte da intelectualidade rio-grandense a moldar certos paradigmas que servissem à identificação da unidade mais meridional do país com o todo nacional. Em torno dessa historiografia se estruturaria verdadeira rede discursiva, a partir de um processo de constante reprodução, principalmente no meio intelectual, mas também no campo do senso comum. Além disso, os representativos respaldos institucionais de parte dos novos detentores do poder levaram à construção de axiomas que passaram a ser encarados como verdades absolutas e, portanto, inquestionáveis, criando-se um caráter de univocidade tão marcante que essas edificações passam a aglutinar em torno de si uma conotação de discurso historiográfico oficial. Tornando o gaúcho universal e unificando-o em uma só identidade,

que refletisse tanto o interesse como as necessidades das elites, os demais membros do corpo social sul-rio-grandense passaram a considerar também como seus tais interesses e necessidades, e o Rio Grande do Sul iniciava sua marcha em direção à liderança nacional³⁵.

Dessa forma, os intelectuais vinculados a esse bloco histórico constituíram um grupo social que teorizava, tornava coerente e difundia as ideias e os valores da elite governante junto ao conjunto da população. Assim, esses autores foram eficazes na elaboração de um discurso que difundisse os valores fundamentais destinados a perpetuar a situação preeminente da classe dirigente, constituindo uma historiografia oficial, ou seja, aquela que foi oficialmente aceita pelo sistema como a correta interpretação de seu

³⁵ GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992. p. 36. São várias as denominações atribuídas a essa formação discursiva historiográfica, muitas vezes definida sob o generalizador rótulo de “positivista”; no entanto, apesar da forte influência, nem sempre foi o positivismo o arcabouço teórico utilizado por aquela intelectualidade. Desse modo, segundo Gutfreind, a caracterização mais correta que se pode dar à produção historiográfica de então é a do ecletismo teórico, sem uma discriminação filosófica específica, comum a todos, daí a preferência às expressões História e historiografia tradicional (GUTFREIND, 1992, p. 24-25). Tendo em vista os apoios institucionais recebidos por essa construção discursiva, mormente em termos governamentais e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), instituição então predominante no campo da construção do “saber histórico” no contexto regional, neste trabalho optou-se pela denominação de discurso historiográfico oficial.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

passado e que deveria ser difundida³⁶. Um dos pressupostos fundamentais desse discurso historiográfico foi a construção de uma identidade estritamente nacional para o Rio Grande do Sul, ou seja, buscando desmentir uma certa tradição que aglutinava em torno da(o) capitania/província/estado um caráter excludente e até separatista em relação ao conjunto do país, intentava-se edificar uma imagem de um Rio Grande essencialmente ligado à formação lusitana e brasileira, negando influências externas – principalmente as platinas – e alocando esta sociedade meridional no seio da comunhão brasileira³⁷. Nesse quadro, ocorreria um descomunal esforço em torno de negar o caráter separatista da Revolução Farroupilha e, ao contrário, enaltecer o brasileirismo do movimento, a partir da premissa de que o Rio Grande do Sul lutara, acima de tudo, para “continuar brasileiro”. Além disso, essa historiografia foi responsável pela transformação da guerra civil de 1835-1845 em verdadeiro mito, modelando-a como o mais importante momento da história rio-grandense, uma das marcas registradas do que chamavam de “alma gaúcha”, e, portanto, a “grande epopeia” que brindara o Brasil com uma “plêiade” de “lendários heróis”.

De acordo com essa perspectiva, esse discurso historiográfico se incumbiria de resgatar para as elites o seu passado, o qual a deveria nobilitar, exaltar suas

³⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (orgs.). *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 62, 66 e 67.

³⁷ Sobre essa visão historiográfica, ver GUTFREIND, 1992, p. 37-113.

virtudes, sua inclinação natural para a ocupação do lugar merecido no topo da estratificação social. Ao retratar a Revolução Farroupilha, essa historiografia traduzia e recriava vários dos “mitos fundadores” da formação sul-rio-grandense. Um deles estava ligado à “democracia gaúcha”, ou seja, o impreciso pressuposto pelo qual, diante das adversidades, as diferenças sociais não eram levadas em conta no Rio Grande do Sul. Essa visão historiográfica generalizava a ideia de heroísmo, altivez e honradez para o homem rio-grandense em geral, sem distinção que pudesse separar senhores de terra e gado e seus peões. No entanto, se eram cantadas em prosa e verso as virtudes do gaúcho, homem do campo em geral, quando se apontava um exemplo vivo de toda essa glória, ele pertencia aos elementos ligados à oligarquia rural³⁸. Ao tratar da Federalista, no entanto, o que predominava era o preconceito, propondo-se o silenciamento diante das violências cometidas durante o conflito.

O caráter essencialmente brasileiro do sul-rio-grandense se fez presente de modo inexorável junto desse discurso historiográfico, ou seja, constituiu-se num complemento indispensável dessa visão glorificadora do gaúcho, apresentando-o como dotado de um forte sentimento de nacionalidade. Além disso, ao descrever-se a guerra civil de 1835-1845, o rio-grandense aparecia como o “paladino do liberalismo”, o “defensor das fronteiras” e o “artífice da nacionalidade”, tudo isso se expressando heroicamente numa resistência de dez anos ao Império e na defesa permanente contra o espanhol. No que tange à Federalista, o que prevalecia era uma

³⁸ PESAVENTO, 1980, p. 67 e 69.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

visão enojada pelo morticínio acontecido, buscando-se anular historiograficamente aquele evento que inspirava desagregação e ódio partidário, num momento em que o discurso predominante pregava exatamente o contrário. Dessa forma, esse gaúcho só teria motivos de orgulhar-se do seu passado, o qual dignificava o seu presente. Essa versão acabaria por perpassar as décadas, e suas influências ainda podem ser sentidas em tempos recentes, pois, mesmo que se esteja difundindo valores que pertenceram a outra época, na qual encontravam sua organicidade, essa defasagem é anulada em função da absorção pelo sistema que se rearticula e que precisa, pela volta ao passado, difundir velhos mitos, reafirmar o culto de heróis, encontrar antigas raízes que atestem longevidade, tradição e, fundamentalmente, aceitação³⁹.

Essa historiografia, fruto de seu meio histórico, foi estabelecida a partir de uma série de estratégias discursivas, com destaque para o constante enaltecimento de certos fatos e indivíduos e um verdadeiro silenciamento quanto a outros. Assim, mais do que uma omissão escandalosa em relação ao que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul, os escritos desses intelectuais, quando insistiam no não-separatismo da Revolução Farroupilha e nas diferenças essenciais entre o gaúcho brasileiro e o gaúcho platino, caracterizavam-se por uma tentativa de afirmar a brasilidade do Rio Grande do Sul e de seus habitantes. A Revolução Federalista, por seu lado, representava um agudo grau de ruptura com o sistema vigente em sua época, e, por muitos autores, foi abordada como uma guerra que lembrava a barbárie e o platinismo, chagas

³⁹ PESAVENTO, 1980, p. 67, 69, 70 e 87-88.

impossíveis de aceitar nos novos tempos. Nesse quadro, um dos temas centrais dessa intelectualidade foi o da formação de uma nacionalidade e da integração nacional, abordagens coadunadas com o processo histórico da Revolução de 1930, que trouxe uma tendência crescente de centralização econômica e política, a qual culminaria com a ditadura estado-novista, e acentuou a ideia de unidade nacional, atribuindo-se ao Estado essa tarefa. De acordo com essa linha de pensamento, era preciso não só afirmar a brasilidade do gaúcho, mas enfatizar seus traços positivos, mesmo que para isso fosse necessário “maquilar” a realidade, passando por cima dos elementos que poderiam eventualmente ser considerados “bárbaros”, os quais deveriam ser “exportados” para o outro lado da fronteira: o Prata⁴⁰.

Apesar das críticas que as visões historiográficas mais contemporâneas viriam a promover em relação a esse discurso estabelecido a partir dos anos vinte, não é possível simplesmente descartá-lo e sim analisá-lo em profundidade, buscando seus condicionantes intra e extradiscursivos, sem esquecer a quantidade de informações e documentações que aqueles intelectuais colocaram à disposição dos demais pesquisadores. Nessa conjuntura, aqueles historiadores buscaram utilizar-se da história como uma narração linear de fatos pré-selecionados, e como uma lição moral e cívica, através da qual os “grandes homens” – as

⁴⁰ OLIVEN, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 9. v. 3. São Paulo: Vértice/ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1989. p. 9-10.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

individualidades que moviam a história – deixariam seus ensinamentos à posteridade. Prevalencia a história episódica, sem preocupações com a história-processo, pois o que os estudiosos buscavam reforçar pelo ensinamento histórico era o relato de um passado que confirmasse e valorizasse uma situação presente. Dessa maneira, a historiografia oficial não realizava a análise do processo subjacente ao simples arrolamento dos fatos, escapando-lhe à interpretação o contexto socioeconômico no qual se moviam os atores, os quais não apareciam como elementos pertencentes a um grupo social, mas como indivíduos, em outras palavras, a história aparecia como uma sequência ordenada de episódios explicáveis através da ação de indivíduos predestinados⁴¹. Nesse quadro, a Revolução Farroupilha passaria a ser considerada como o epicentro da história rio-grandense-do-sul, vindo a ser metabolizada historiograficamente até transformar-se no verdadeiro mito do decênio heroico gaúcho. Já à Revolução Federalista, bem mais contemporânea àqueles tempos e demarcando o latente espaço das disputas político-partidárias de um passado recente, restaria, por vezes, o silenciamento e, por outras, um forte preconceito, que levaria a um quase esquecimento historiográfico da guerra civil de 1893-1895.

Um dos escritores gaúchos que melhor representou essa construção discursiva foi o historiador Souza Doca, o qual dilatou a orientação dessa abordagem historiográfica, realizando uma “diluição” da história do Rio Grande do Sul na história do Brasil. Historiador-militar, ou militar-historiador, Doca

⁴¹ PESAVENTO, 1980, p. 82-83.

dedicou vários trabalhos à intervenção bélica brasileira no Prata, constituindo-se em “representante-mor” do discurso nacionalista-imperialista, não apenas gaúcho, mas, acima de tudo, brasileiro, ratificando as premissas do discurso historiográfico sulino então em pauta, que construía uma identidade brasileira para o Rio Grande do Sul⁴². Emílio Fernandes de Souza Docca nasceu na cidade gaúcha de São Borja, em 1884, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1945. Militar de carreira desde 1899, quando ingressou no Exército como voluntário, tornou-se 2º Sargento em 1900, realizou estudos no Curso de Administração Militar (1917-1921) e na Escola Superior de Intendência, no Rio de Janeiro (1921), vindo a galgar todos os postos no Quadro da Intendência, chegando a general. Ainda em relação a suas atividades militares, foi Chefe do Serviço de Fundos do Exército (1935- 1940) e Diretor da Biblioteca Militar. Como historiador, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; pertenceu também à Academia Rio-Grandense de Letras, sendo delegado e presidente na Federação das Academias de Letras do Brasil, o que demonstra seu reconhecimento como intelectual de sua época⁴³.

⁴² GUTFREIND, 1992, p. 53-55.

⁴³ Dados biográficos obtidos em: MARTINS, Ari. Escritores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ IEL, 1978. p. 186-187; e VILLAS-BÔAS, Pedro. Notas bibliográficas sul-riograndenses: autores. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1974. p. 166-168. Dentre os trabalhos publicados por Souza Docca, pode-se citar: A proclamação da República no Brasil (1912), A Batalha do Tuiuti (1912), Causas da Guerra do Paraguai (1919), Bento

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

Seguindo uma convicção discursiva então marcante, Docca utilizava-se da história como uma lição de vida, em que os exemplos dos “personagens ilustres” serviam como modelos às gerações vindouras. Via a história, assim, como mestra da vida futura e presente, necessária ao legislador, ao político, e que servia para a educação patriótica e cívica. Nesse sentido, foi um continuador do discurso historiográfico que legitimava as atuações dos homens públicos no contexto regional e nacional a partir da Era Vargas. Apesar de não ter aderido ao movimento de 1930, argumentando que, como militar, não poderia atuar na vida política, do ponto de vista ideológico, foi um defensor do novo status quo estabelecido a partir da revolução outubrista, considerando que, daqueles tempos em diante, o Brasil principiava a sentir-se como um todo unido. Ardoroso defensor do espírito federativo como fator de uma

Manoel Ribeiro (1923), Vocábulo tupis-guaranis na Geografia do Rio Grande do Sul (1924-1925), A independência uruguaia (1927), A Convenção Preliminar de Paz de 1828- 1829 (1928), O Brasil e a independência do Uruguai (1929), O Brasil no Prata (1931), Deodoro (1932), O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha (1935), O porquê da brasilidade farroupilha (1936), O desenvolvimento intelectual do Rio Grande do Sul (1937), Caxias: o pacificador (1938), Condomínio da Lagoa Mirim-Jaguarão (1938), As Forças Armadas na formação e defesa da nacionalidade (1939), Limites entre o Brasil e o Uruguai (1939), Caxias (1939), Capitania de São Pedro (1940), Gente sul-rio-grandense (1942), O bicentenário da colonização de Porto Alegre (1942), O homem capaz (1942), O dia pan-americano (1943), Caxias e a pacificação do Rio Grande do Sul (1946) A estância e o espírito militar na formação do Rio Grande do Sul (1947) e História do Rio Grande do Sul (1954).

Revolução Farroupilha acima de tudo brasileira, Souza Docca desenvolveu vários trabalhos sobre a revolta, lamentando a existência de preconceitos entre as diversas unidades brasileiras pelo desconhecimento quase completo das “revoluções brasileiras”. Segundo o escritor, isso se devia à falta de conhecimento dos documentos, das memórias e crônicas sobre o movimento, além de não ter sido escrita ainda sua história. O autor condenava também a “fatalidade geográfica” como fator de desagregação em relação à união nacional, e lamentava as suspeitas de desejos separatistas do Rio Grande do Sul, imagem que, para ele, não passava de fantasia⁴⁴. Quanto à Federalista, no entanto, o escritor- militar optou por abolir a abordagem deste evento, como se ele não fizesse parte da história gaúcha, sendo um dos inauguradores da ideia de um esquecimento da guerra civil da época da transição Monarquia- República.

Souza Docca e a Revolução Farroupilha

À época do centenário da Revolução Farroupilha, Emílio de Souza Docca empreendeu um ferrenho debate contra o escritor Alfredo Varella, que publicara obra na qual defendia tese diametralmente oposta à do discurso historiográfico oficial, reconhecendo as influências platinas e destacando o separatismo da

⁴⁴ GUTFREIND, 1992, p. 55 e 59.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

Revolução Farroupilha⁴⁵. Nesta linha, Docca lançou uma série de artigos e ensaios defendendo a brasilidade da Revolução Rio-Grandense de 1835-1845, os quais viriam a ser reunidos e incluídos numa das edições especiais da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, alusiva ao centenário da Revolução Farroupilha, sob o sugestivo título de O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha⁴⁶. O maior intento desses escritos de Docca estava vinculado à busca de uma resposta às premissas estabelecidas a partir do platinismo de Alfredo Varella. Para o general, o aval do IHGRGS à obra História da Grande Revolução não fora efetivo, tratando-se, isto sim, de uma “oficialização aparente”, em prejuízo da “verdade histórica”, devendo ser combatida e esclarecida, advindo daí seu objetivo de combater tais “ideias depreciadoras” dos sentimentos cívicos e “desdenhosas” da dignidade dos antepassados rio-grandenses. Souza Docca contradizia Varella, acusando-o de, através de seu anelo de platinizar o Rio Grande, induzir o leitor a apresentar os farroupilhas como conspiradores com os governantes dos países vizinhos. O escritor militar chegava a diagnosticar em Alfredo Varella o padecimento de “espasmos” oriundos de sua “psicose separatista”, qualificando essas teses como um “platinismo imaginário”, sendo preciso acabar com a “lenda”, com a “invencionice” da

⁴⁵ A respeito dos enfrentamentos entre estes historiadores e suas respectivas versões historiográficas, ver: GUTFREIND, 1992, p. 115-130.

⁴⁶ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha (separata da *Revista do IHGRGS* - II trimestre, ano XV). Porto Alegre: Globo, 1935.

influência platina no modo de ser e nas aspirações políticas dos rio-grandenses⁴⁷.

O general-historiador fazia questão de distinguir o Rio Grande do Sul do Prata, mormente no que tange à tese da ausência de caudilhismo no contexto sul-rio-grandense. Para ele, o caudilhismo “não infelicitou” a terra gaúcha, pois a gente daí não teria nunca nutrido o “culto fetichista”, o qual fora a mística que sustentara os caudilhos platinos. Absolvendo a Revolução Farroupilha dessa característica, Docca destacava que, entre a gente do Rio Grande do Sul, o chefe não era o princípio, nem o fim da Revolução, já que “todos” combatiam por um ideal, consubstanciado em “grandioso” programa político, já que as ideias de liberdade dos rio-grandenses seriam contrárias ao domínio ditatorial, inimigas do despotismo e avessas ao suseranismo, e, portanto, não se coadunavam com o caudilhismo⁴⁸. Através dessas premissas, o autor simplesmente negligenciava as relações de clientelismo e mandonismo local, predominantes na conjuntura gaúcha do século XIX e cujas raízes perduram na centúria seguinte, além de

⁴⁷ DOCCA, 1935, p. 3, 9-10, 67, 101 e 113. No combate às asserções de Varella, Docca afirmava também: “Os que ainda dão curso à invencionice da influência platina no Rio Grande, os que consideram este Estado como ‘uma terra saturada de castilhanismo’, assim procedem: por pirronice inveterada, que é sinal de marasmo mental; por exploração de ordem secundária, que revela falta de probidade como historiador; ou porque nunca sentiram o pulsar ardente do coração rio-grandense, através do tempo e do espaço, em suas grandiosas, inextinguíveis manifestações de brasilidade pura, que a história registra” (p. 117).

⁴⁸ DOCCA, 1935, p. 102-103 e 113.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

suprimir em sua abordagem as várias décadas da ditadura castilhista-borgista, a qual, segundo a ótica por ele expressa, segundo a lógica, não poderia estar coadunada com as “ideias de liberdade dos gaúchos”.

De acordo com a conjuntura historiográfica na qual escreveu, Emílio de Souza Docca considerava que a história deveria ser encarada como uma lição para o presente e o futuro. Nesse sentido, demarcava o caráter de exaltação de seus escritos por ocasião da efeméride comemorada em 1935, quando transcorria o primeiro século do “grandioso e patriótico feito farroupilha”, constituindo-se sua obra numa “primeira contribuição”, uma “simples achega” para as comemorações desse centenário, e como homenagem da mais alta admiração e de “fervente culto” à memória dos “grandes vultos” do passado gaúcho, os quais teriam agido como rio-grandenses e pensado “sempre” como brasileiros. Nessa perspectiva, Docca defendia que o principal mote da história era o estudo dos atos e feitos dos “grandes homens”, verdadeiros “exemplos” às futuras gerações, afirmando que as manifestações grandiosas da “alma de uma raça”, através de sua ancestralidade, atuavam sobre o indivíduo e sobre as massas humanas, unificando povos, criando nacionalidades. Em síntese, o escritor admitia que seu desejo era o de reivindicar as glórias de “nossos maiores”, os quais teriam o direito do culto inabdicável e da veneração consciente, sincera e sagrada⁴⁹.

No sentido de dar credibilidade a suas asserções, Souza Docca utilizava como argumento fundamental a utilização de documentação, segundo ele, merecedora de

⁴⁹ DOCCA, 1935, p. 4, 94 e 138.

todo o crédito. A partir dessa convicção, o autor defendia suas principais teses acerca da Farrroupilha, quer seja, o espírito federativo e a brasilidade dos rebeldes, afirmando que, por meio de “farta e preciosa” documentação, poder-se-ia comprovar que a Revolução de 1835 fora o mais longo, o mais heroico e um dos mais brilhantes esforços em prol da república federativa no Brasil; ou ainda, destacando que a “verdade histórica”, amparada nos fatos e nos documentos, desautorizava a afirmativa dos que negavam o sentimento de brasilidade aos rio-grandenses-do-sul⁵⁰. Além dos documentos, citados à exaustão, o escritor buscava também lançar mão do que denominou “juízo dos historiadores”, arrolando uma série de autores que corroboravam sua perspectiva interpretativa, chegando a citar o conjunto do IHGRGS como contrário às premissas do separatismo e do platinismo⁵¹. Ao utilizar-se dos documentos e dos testemunhos de historiadores, Docca incorria numa pré-seleção de dados que viessem a consolidar suas teses, de modo que ele não analisava as mudanças ocorridas na revolução com o passar do tempo, utilizando proclamações de épocas diferentes como se todas tivessem o mesmo sentido de brasilidade, além do que, citava unicamente a opinião de historiadores e escritores que defendessem a ideia de federação e que eram contrários ao separatismo⁵².

A obra *O sentido brasileiro da Revolução Farrroupilha* não fugiu à regra de imprimir ao

⁵⁰ DOCCA, 1935, p. 25 e 60.

⁵¹ DOCCA, 1935, p. 26-35 e 48-58.

⁵² FLORES, Moacyr. *Historiografia – estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989. p. 30.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

movimento analisado um caráter lendário e pleno de heroicidade. Segundo essa visão, tratara-se de um “decênio heroico”, verdadeiro esforço de idealistas para realizar o “grande sonho” político da federação, em direção ao qual se teria empreendido uma “cruzada heroica”. Nesses escritos, heroicidade e brasilidade andavam lado a lado, uma vez que esse sentimento tinha como penhor seguro, sincero, forte, indestrutível, o “heroico sacrifício de sangue” presente na luta dos gaúchos pela nacionalidade. No mesmo sentido, exclamava o autor que todos os homens da “Grande Revolução” viveram e formaram seu caráter no ambiente dessa grande era, e, embora monarquistas uns, republicanos outros, foram todos, sem exceção, brasileiros acima de tudo. Ainda que dissesse que o historiador não tinha direito de criar heróis segundo suas simpatias, Souza Docca incorria nesse processo de heroificação, declarando que todos deveriam bater palmas em louvor dos “verdadeiros heróis farroupilhas” e do “povo estoico” da terra gaúcha, cuja alma era feita de aço, que fora o instrumento de todos os triunfos dos diretores da Revolução⁵³.

Na concepção de Emílio Fernandes de Souza Docca, o principal escopo dos líderes farrapos era o espírito federativo e não o separatismo. Para o autor, a formação histórica brasileira estava prenhe de exemplos de luta pelas ideias federativas com as quais se coadunava a guerra civil rio-grandense, consistindo esta, portanto, em mais uma das “provas” da brasilidade dos rebeldes gaúchos. Nesse sentido, Docca defendia a filiação do movimento farroupilha aos antecedentes

⁵³ DOCCA, 1935, p. 14-15, 25, 60, 143 e 146.

históricos no Brasil em prol da República Federativa, e preocupava-se em demarcar o conceito de federação entre os rebelados rio-grandenses, aproximando-os do modelo norte-americano. Nesse sentido, o escritor definia o Rio Grande do Sul como um dos “berços históricos” do espírito federativo e afirmava que os líderes farroupilhas haviam, como homens à frente de seu tempo, antecipado a implementação de um ideal que se consolidaria, segundo ele, a partir de 1889, demonstrando o que queriam para o Brasil, com “descortino político” e “visão da realidade”, que maravilhavam e demonstravam “positivamente” e com clareza que eles sabiam o que queriam⁵⁴.

Como dizia o próprio título de sua obra, o maior intento de Souza Docca era comprovar o brasileirismo como marca registrada dos indivíduos que fizeram a Revolução Farroupilha. Segundo ele, o movimento

⁵⁴ DOCCA, 1935, p. 5-14. Para Souza Docca, o próprio processo de pacificação fora um exemplo dos ideais federativos e não-separatistas dos farroupilhas, destacando que era a República Federativa que eles estabeleciam como condição *sine qua non* para a paz e não a separação definitiva (p. 66). Ainda de acordo com essa perspectiva, o autor enfatizava que a federação pretendida pelos rebeldes gaúchos era de vínculo à “comunhão brasileira” e não em relação aos países vizinhos, buscando esclarecer que: “Não havendo o longo e pertinaz apelo em prol da Federação Brasileira encontrado eco nas demais províncias, opinaram os farroupilhas pela paz, em 1845, preferindo se reintegrarem na Grande Pátria comum a uma união exótica”, evidenciando, assim, que a “filiação política mais platina que luso-brasiliense” é simplesmente imaginativa, mera ficção, desautorizada pelos fatos e pelos principais homens do decênio heroico (p. 104).

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

farroupilha gravitou sempre em torno da brasilidade, e portanto não tinha fundamento a pecha de platinismo que lhe era atribuída e que só serviria para deturpar o “verdadeiro significado” do “grande sonho político” que os rebeldes se esforçaram para converter em realidade. Para corroborar a tese não-separatista, Docca utilizava como argumento a participação de várias das lideranças rebeldes, após a pacificação, nas guerras contra os países platinos, em favor do Brasil, considerando o ato separatista de 1836 como um simples recurso que não teria representado a real finalidade do movimento⁵⁵.

Para o general-historiador, a brasilidade dos sul-rio-grandenses era inerente à sua natureza, afirmando que a “história ardente” da integração do território brasileiro no extremo-sul não admitia, e até repelia a “lenda fria” do desmembramento, de modo que o desprendimento era uma das mais rútilas das facetas da

⁵⁵ DOCCA, 1935, p. 16-17, 30-31 e 46-47. No mesmo sentido, o escritor afirmava: “Quem animado de boas intenções, com a inteligência ao serviço da verdade e da justiça, estudar a cruzada farroupilha, há de verificar que nunca as alegrias dos triunfos, nem as angústias dos desastres, turbaram no ânimo dos rio-grandenses o sentimento de brasilidade. O ato separatista não tivera forças para romper os laços sagrados e vigorosos da união psíquica que tem mantido a integridade do Brasil, que não é um milagre, como se tem dito, e, sim, o fruto da alma de uma raça. Na formação do povo rio-grandense, reside a explicação da homogeneidade desse povo e de seus profundos sentimentos patrióticos, de que tem dado provas excepcionais, em todas as situações difíceis por que tem passado a nacionalidade, em seus conflitos internacionais. Os rio-grandenses foram sempre os primeiros a empunhar as armas e os últimos a ensarilhá-las” (p. 59-60).

“glória farroupilha”, na qual fulgurava o amor pelo Brasil, diante do que o “azinhavre separatista” não poderia nunca empanar-lhe o brilho. Nesse sentido, Docca defendia que quem estudasse a fundo a Revolução Farroupilha, somente por uma aberração poderia ver nessa “cruzada portentosa” uma guerra separatista, diante dos documentos e fatos que evidenciavam que a sua finalidade era o estabelecimento da República Federal sob a bandeira do Brasil. Utilizando-se de manifestos de líderes farrapos, o autor buscava apontar para as provas elevadas dos “sentimentos patrióticos” dos mesmos, as quais evidenciariam que seus pensamentos estavam inteiramente concentrados no Brasil, que obedeciam aos imperativos da ancestralidade, cimentada pelo sangue e pela língua – fatores principais da consciência nacional e que constituía a “força vigorosa” que mantinha a integridade da pátria⁵⁶.

Repisando constantemente no caráter fundamental de sua obra – a resposta aos escritos de Varela –, Souza Docca intentava evidenciar quão “claras, positivas e grandiosas” eram as provas do “sentimento de brasilidade” dos gaúchos, apesar daqueles que vinham buscando “torcer” e “difamar” essas premissas. Segundo o escritor, esses anseios de “brasilidade pura”, essas manifestações ardentes, gravitando em torno da ideia do Brasil unido, sem quebra de sua integridade territorial, repeliam a afirmativa, sem apoio na “verdade histórica”, de que a Revolução tomara feições anti-brasileiras e seccionistas. Na perspectiva de Docca, o brasileirismo dos farroupilhas levou-os, inclusive, a

⁵⁶ DOCCA, 1935, p. 61-64.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

transigir em alguns de seus princípios políticos, tendo em vista o “valor maior” representado pela pátria, prevalecendo a “voz da ancestralidade”, como penhor seguro de um sentimento à “grande pátria” e ao “Brasil amado”, por eles defendido com dedicação e bravura. No intento de comprovar o “sentimento de brasilidade dos farroupilhas”, o autor destacava que a Revolução de 1835 fora profundamente brasileira e animada por um grande sonho político, ou seja, o de implantar no Brasil a República Federal⁵⁷.

Ao referir-se ao processo de pacificação no sul, Docca buscava esclarecer que a forma pela qual fora feita a paz no Rio Grande do Sul demonstrava que o “espírito brasileiro” predominava entre os “centauros de 35”, levando à reintegração à “grande pátria comum” e à inclusão na “grande família brasileira”. Nessa linha, o autor exortava que a razão principal da paz fora o amor e a dedicação ao Brasil de parte dos “grandes homens” que lideraram o movimento, os quais teriam amado muito o Rio Grande, mas nunca esquecido o Brasil, sabendo “sempre” colocá-lo acima de todas as competições. No mesmo sentido, o escritor defendia que a transigência, com a aparente renúncia do ideal político,

⁵⁷ DOCCA, 1935, p. 78-80. Mais uma vez, o escritor lançava mão da resposta entabulada em relação a Varela, afirmando que havia quem pusesse em dúvida esse “sentido nacionalista”, ou ainda quem nele não cresse, por desconhecimento da “verdade histórica”. Destacava o general que era especialmente para esses que ele acumulara os elementos esclarecedores, convincentes e glorificados do patriotismo rio-grandense, do amor inexcedível dos farroupilhas pelo Brasil, que eles queriam integrar nos princípios democráticos a que estava fadado (p. 83).

em benefício da paz, fora uma “edificante lição” de tolerância e de patriotismo, bem como um “exemplo” que calara profundamente no espírito público, pois pusera em relevo que o maior interesse, o supremo bem político, a grandeza do Brasil, não residia exclusivamente na forma de governo, porque “tudo indicava” que essa forma seria transitória – numa alusão à República que viria mais de quarenta anos depois –, e, sim, na “unidade nacional”, de modo que o Brasil devia esse “serviço” à Revolução Farroupilha⁵⁸.

Lembrando a efeméride comemorada no ano daquela edição, Souza Docca resumia seus intentos com aquele texto, destacando que se estava às portas do centenário da “Grande Revolução”, não sendo justo, nem digno, que se comemorasse esse “feito extraordinário” menosprezando seus “legítimos heróis”, devendo-se, isto sim, glorificar esse “povo admirável” responsável por aquela “epopeia sem par”. Concluía o autor, exclamando que a Revolução Farroupilha não fora um elemento funesto à integridade do Brasil e, ao contrário, teria contribuído para a consolidação desta, de modo que comemorar aquele centenário serviria para relembrar um dos “maiores feitos da nacionalidade”, um dos “mais belos anseios em prol do regime democrático” e um dos “mais heroicos esforços” para integrar o Brasil em seus verdadeiros destinos. E, finalmente, conclamava que era tempo de serem sobrepujadas as paixões e “fazer justiça” aos farroupilhas, devendo-se render um culto fervoroso e consciente a esses heróis, de modo a que todos pudessem ser dignos de possuir o “patrimônio

⁵⁸ DOCCA, 1935, p. 93-94, 100 e 144.

glorioso” que eles legaram, dignificando-os através da história⁵⁹.

Souza Docca e a Revolução Federalista

Uma das asserções mais conhecidas e repetidas sobre a Revolução Federalista foi explicitada na obra *História do Rio Grande do Sul*, de Souza Docca. Nesse verdadeiro compêndio sobre a formação gaúcha, o autor revelava algumas de suas concepções historiográficas e políticas, e, sobre a transição Monarquia-República, teceria breves comentários no subcapítulo “Revolução Federalista” e nos capítulos “Partidos políticos” e “Propaganda republicana”. Nesses segmentos do livro, Docca revelava suas simpatias pelo modelo castilhistaborgista, o qual significaria, na sua interpretação, a incorporação dos ideais republicanos, latentes desde a Farroupilha. Segundo o general, nas últimas décadas do século XIX as ideias republicanas estavam sendo revivificadas na “alma rio-grandense”, tomando vastas proporções e empolgando-a, quando a propaganda foi revigorada com inteligência e tenacidade pelos republicanos castilhistas, revelando o engajamento do historiador para com o castilhismo. No mesmo sentido, afirmava que todo o empenho da propaganda republicana foi o de reviver na “alma rio-grandense” o ideal democrático que animou a geração farroupilha, consistindo em velho e afagado sonho, de maneira que graças à disseminação desses ideais o povo gaúcho pôde compreender a República imediatamente e sentir a

⁵⁹ DOCCA, 1935, p. 143-146.

proclamação da nova forma de governo em toda a sua grandeza e em toda a sua significação⁶⁰.

No que tange aos partidos políticos atuantes na formação republicana gaúcha, Souza Docca citou as várias agremiações oposicionistas, limitando-se a citar os programas de cada uma delas. A maior atenção foi dedicada às greis governistas, como o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), refletindo, mais uma vez, a aproximação com o regime castilhistas, e, já nos anos trinta, com o Partido Republicano Liberal, demonstrando a simpatia para com o varguismo. Quanto ao PRR, o escritor identificava nele o mais fiel representante do ideal republicano, e, buscando aproximações com o seu tempo presente, explicava que, dentro das bases da ordem e animado por um amplo espírito de democracia social, fora recentemente ampliado e modificado o programa do tradicional partido, com o fim de integrá-lo na corrente ideológica que vinha presidindo a organização das democracias modernas, passando, por isso, a cogitar com mais atenção da incorporação do proletariado à sociedade moderna, da política pedagógica, visando à difusão geral do ensino, tornando-o acessível a todos, por considerar que a verdadeira democracia só existiria onde houvesse massas populares instruídas e educadas⁶¹.

Ainda no que se refere à “renovação” programática do “tradicional partido”, Docca chamava atenção para uma incorporação das reivindicações

⁶⁰ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: “Organização Simões”, 1954. p. 377, 380 e 385.

⁶¹ DOCCA, 1954, p. 367.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

religiosas, por não considerá-las incompatíveis com o princípio do Estado leigo, e se coadunar com o princípio político do liberalismo em matéria de crenças, do movimento corporativista, em oposição ao Estado individualista, da fomentação do surto associativo, com a integração da família, da associação do sindicato e da escola na economia do sistema representativo e do controle do Poder Executivo, de modo a ser evitada a hipertrofia. Já em relação ao Partido Republicano Liberal e às possíveis dissidências entre presidencialistas e parlamentaristas, o general-historiador comentava que não deveria haver a preocupação com as teorias dos sistemas de governo, e sim com o aproveitamento de tudo que fosse útil ao país, necessitando-se, isso sim, evitar instituições teóricas, sem fundamento na psicologia do povo, bem como repudiar uma confusão de castas e de classes, para fugir a uma babel político-social⁶².

Através de suas apreciações dos partidos políticos, Docca demonstrava o quanto estava articulado aos homens do poder de sua época e ao espírito de congregação que se buscava imprimir no Rio Grande do Sul desde a formação da Frente Única Gaúcha, de inspiração varguista. Especificamente quanto ao contexto histórico que envolveu a Revolução Federalista, o autor explicava que a proclamação da República surpreendera o país, não havendo nenhuma articulação com os republicanos nas províncias, destacando que no Rio Grande do Sul havia três partidos, os quais, se não aderiram logo à nova forma de governo, o fariam tacitamente, sem protestos contra o regime instaurado a

⁶² DOCCA, 1954, p. 367 e 375.

15 de novembro. Quanto à ação dos castilhistas em direção a alçarem-se ao poder e nele permanecer, o militar-escritor considerou-a normal, descrevendo que a situação era francamente favorável aos republicanos históricos e natural seria que eles quisessem ser os dominadores do dia. As constantes modificações dos governantes rio- grandenses foram descritas por Souza Docca como governos de emergência, que se sucediam continuamente, elogiando a nomeação de um castilhista, Fernando Abbott, considerado como o primeiro político de prestígio nomeado para aquela alta investidura⁶³, demarcando, mais uma vez, sua simpatia para com o castilhismo.

As fortes disputas pelo poder no Rio Grande do Sul entre os castilhistas e seus opositores foram descritas por Docca como um momento no qual houve divergências profundas entre as principais lideranças, destacando a formação das frentes anticastilhistas como a União Nacional, o Partido Republicano Federal e o Partido Federalista⁶⁴. O escritor começaria a manifestar sua ojeriza para com a Federalista ao descrever a formação do Governicho, relevando que, durante o governo dos dissidentes, foram cometidas muitas violências e praticados alguns atos de barbarismo, de modo que identificava já aí a culpa pela violência desenfreada que seria cristalizada como a marca registrada da guerra civil de 1893, ou seja, imputava-a

⁶³ DOCCA, 1954, p. 360-361.

⁶⁴ A respeito das disputas políticas na formação da República no Rio Grande do Sul, ver: ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista: história & historiografia*. Rio Grande: FURG, 2002. p. 9-51.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

aos opositores do castilhismo, considerando que as vinganças se manifestaram em seguida, com os republicanos no poder. Segundo o autor, os atos de crueldade, praticados por ambos os partidos, estariam a denunciar a tragédia selvagem de que em breve seriam vítimas os rio-grandenses, defendendo que era natural que os governistas ligados ao castilhismo reagissem, mas atenuava seu partidarismo por estes, ao demarcar que o mal dessa repressão estava no modo violento, desumano e brutal como ela fora executada. A seguir, Souza Docca proferiria a sua frase mais conhecida acerca da abordagem histórica da Revolução Federalista: “Veio a revolução, que é um capítulo doloroso de nossos anais, que merece a nossa condenação, e o fazemos silenciando seus acontecimentos”⁶⁵.

Estava condenada a Revolução Rio-Grandense de 1893-1895 ao silêncio absoluto, tanto que, a seguir, o autor não mais faz referência a ela, narrando que, após a mesma, se seguiu um período de paz fecunda até que as agitações políticas de 1922 a 1930 viriam novamente a perturbar a marcha normal da civilização e do progresso. Revelando mais uma vez sua identidade com os detentores do poder, o escritor- militar declarava que o movimento de 1930, realizado no Rio Grande do Sul com o auxílio dos partidos que vinham se digladiando pelo poder, deu a impressão da existência de uma verdadeira e sólida frente única. Lamentava Docca que a Revolta de 1932 desfizera aquela ilusão, indicando, mais uma vez, que não era pela revolução armada, nem pela força bruta, que destruía, que rebaixava e que aviltava, que os brasileiros haveriam de realizar seus grandes

⁶⁵ DOCCA, 1954, p. 361-362.

ideais, e sim pela revolução espiritual, que elevava, iluminava e valorizava o homem, rasgando-lhe horizontes grandiosos⁶⁶.

Emílio Fernandes de Souza Docca distinguia, assim, a existência de boas e más revoluções, ou seja, das verdadeiras revoluções e das revoluções fratricidas, as quais, segundo sua concepção, seriam representadas na história rio-grandense pela Farroupilha e pela Federalista. Desse modo, considerava que a luta feroz do homem contra o homem era uma luta de selvagens, e por isso as lutas pelo poder seriam sempre de consequências funestas, sustentando que a verdadeira revolução era a da ordem, pois o que a humanidade precisava para que as instituições pudessem viver era de uma revolução cuja lei residisse na necessidade do espírito, devendo ser feita na instauração das verdadeiras hierarquias, na seguinte ordem: a espiritual, a econômica e, finalmente, a política, a serviço das demais. Identificando sua época, Docca aconselhava que era esse o caminho que naquele momento de inquietações e incertezas deveria ser tomado, já que só a partir dele se poderia obter dias de glórias, de paz, de prosperidade, e conclamava todos para a congregação de esforços em prol de valores comuns, devendo todos seguir irmanados, sem paixões, sem ódios, sem preconceitos, com desprendimento e sinceridade, com a fé do crente, com a tenacidade do apóstolo, com o idealismo do patriota⁶⁷.

De acordo com essas concepções, bem adequadas ao espírito nacionalista então em voga, o general-

⁶⁶ DOCCA, 1954, p. 362-363.

⁶⁷ DOCCA, 1954, p. 363.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

historiador deixava nas entrelinhas que a verdadeira revolução poderia ser exemplificada pela Farroupilha, ao passo que a Federalista era exatamente o antípoda do que se esperava para aquele momento, ou seja, era uma aberração dentro da história gaúcha. Incorria o autor numa premissa que se tornaria recorrente à historiografia rio-grandense, criando a oposição entre a revolução ideal e brasileira, a de 1835-1845, em contraponto à revolução platina e caudilhesca, a de 1893-1895⁶⁸. A partir dessa visão, reforçava-se uma versão amplamente negativa para com a Federalista, de um lado motivada pelo fato de que ela representava exatamente o oposto daquilo que os novos detentores do poder pregavam em torno da busca de uma unidade de pensamento e práticas políticas, e de outro, como uma continuidade do silêncio edificado pela preeminência de praticamente três décadas da ditadura castilhistaborgista.

Docca tanto tinha simpatias para com esse modelo quanto se filiava àquele projeto nacionalista dos governantes do pós-1930, daí pregar o expurgo da Federalista do rol dos heroicos atos da história gaúcha. Essa visão preconceituosa de Souza Docca para com a Revolução Federalista integrou um conjunto de interpretações que em muito marcou os discursos historiográficos entabulados no Rio Grande do Sul.

⁶⁸ Ver: ALVES, Francisco das Neves. “Brasilidade X platinidade”: a construção historiográfica acerca das revoluções sul-rio-grandenses. In: Anais das Primeiras Jornadas Internacionais de História Regional Comparada. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2000. doc. s16a3.

Mesmo que, mais recentemente, principalmente no meio acadêmico, tenha sido superado o tabu em que a temática se havia transformado⁶⁹, de modo que paulatinamente a insurreição de 1893 viria a deixar de ser o assunto proibido da história rio-grandense⁷⁰, muito do preconceito e da tendência ao silenciamento permaneceu, tanto historiograficamente⁷¹ quanto junto aos meios de comunicação de massa, numa continuidade

⁶⁹ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas. In: ALVES, F. N.; TORRES, L. H. (orgs.). Pensar a Revolução Federalista. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 66.

⁷⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (quinta série). p. 193. Segundo o autor, o silenciamento de Docca para com a Federalista era uma atitude compreensível numa época em que ainda sobreviviam numerosos participantes da guerra civil, e quando muito fortes ainda eram os ressentimentos partidários das facções em choque. Faltavam condições objetivas favoráveis à exegese histórica e faltavam condições subjetivas para os possíveis intérpretes, porque todos estavam mais ou menos contaminados por aquela ambiência psicológica de combate, que predominou no Estado até os umbrais de 1930. No entanto, Franco defende que este era um tempo passado, não havendo mais desculpas para se omitir uma análise interpretativa do grande evento histórico.

⁷¹ A respeito da produção historiográfica sobre a Federalista, ver: ALVES, Francisco das Neves. Uma introdução ao estudo da historiografia acerca da Revolução Federalista. In: ALVES, F. N.; TORRES, L. H. (orgs.). Anais do IX Ciclo de Conferências Históricas. Rio Grande: FURG, 2000. p. 67-77.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

da propagação, mesmo que indiretamente, de alguns daqueles axiomas pregados por historiadores como Souza Docca.

#####

Dessa maneira, a obra de Souza Docca demonstra uma completa concatenação com o contexto histórico-historiográfico então vivido, pois, historiador porque militar ou militar e historiador, imbuído de sentimentos patrióticos, altamente nacionalistas, ele respondia àquele momento do Brasil pós-1930, em sua trajetória para uma grande nação. O autor clamava bem alto pela unidade nacional, atrelando o Rio Grande do Sul ao Brasil, a partir do qual emergiria a história sulina. Os escritos de Docca demonstravam o bairrismo de um historiador que procurava, com afincos, demonstrar que o Rio Grande do Sul, através de sua história, reprimia todo e qualquer sentimento localista pelo nacional. Nessa época, o Rio Grande do Sul liderava politicamente o país e dava os últimos retoques em sua identidade luso-brasileira, e, quanto ao discurso historiográfico, Souza Docca foi um dos construtores de uma representação imaginária do social, de modo que inclusive colocou a história a serviço do sentimento de nacionalidade, num grau bem amplo, insistindo no “papel natural” da liderança do Rio Grande do Sul na política nacional⁷².

Ainda que o general não tivesse participado ativamente do movimento de outubro de 1930, inclusive negando-lhe apoio, essa não-adesão circunscreveu-se

⁷² GUTFREIND, 1992, p. 64-66.

unicamente ao caráter militar, coerente com sua visão de dever profissional. No entanto, como historiador, Souza Docca colaborou significativamente na construção dos propósitos revolucionários de 1930, constituindo-se num eficiente agente na insistência do discurso historiográfico da brasilidade do Rio Grande do Sul, e abrindo espaços para o estado gaúcho no cenário nacional⁷³. Por meio de suas asseverações sobre a Revolução Farroupilha, Emílio Fernandes de Souza Docca defendia ardorosamente a brasilidade dos gaúchos e vociferava com veemência contra qualquer tendência que chamasse atenção para o separatismo ou o platinismo no Rio Grande do Sul; já quanto à Federalista, encarada como que inspirada pelo “barbarismo platino”, foi invocado um silêncio absoluto que deveria condená-la ao esquecimento perpétuo.

Para Souza Docca, a Farroupilha antecipara o republicanismo e o espírito federativo que se implementariam em 1889 e teriam sido “maculados” pela Federalista, no entanto os anelos da “verdadeira república” só estariam se concretizando no pós-1930, ainda que o federalismo – fundamento defendido pelo autor à extenuação – viesse a ser um princípio bastante menoscabado ao longo da década de trinta, mormente após a instauração do Estado Novo. Souza Docca se filiaria aos novos detentores do poder, e não foi para menos que ele veio a publicar *O homem capaz*, um “estudo sobre a personalidade” de Getúlio Vargas, sob os auspícios do Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1942⁷⁴, em plena ditadura estadonovista. História e vivências políticas se mesclavam no

⁷³ GUTFREIND, 1992, p. 66.

⁷⁴ MARTINS, 1978, p. 186.

RIO GRANDE DO SUL: TESTEMUNHOS E HISTORIOGRAFIA

discurso historiográfico oficial que servia à legitimação dos novos personagens que atuavam no cenário político regional e nacional⁷⁵.

⁷⁵ Publicado originalmente em: *Biblos*, Rio Grande, v.17, p.103-120, 2005.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preta em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025

